

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PELC

GOVERNO FEDERAL

Presidente

Michel Temer

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ministro do Esporte

Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Leandro Cruz Froes Silva

Diretoria do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais

Denise Cardoso de Gusmão Cunha (DIRETORA)

Célio René Trindade Vieira (DIRETOR SUBSTITUTO)

Diretoria do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Ângelo de Bortoli Filho

Coordenadora Geral de Lazer e Inclusão Social (CGLIS)

Bruna da Penha Moreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor

Jaime Arturo Ramírez

Vice-Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Pró-Reitor de Graduação

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Walmir Matos Caminhas

Pró-Reitora de Extensão

Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Claudia Andrea Mayorga Borges

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Diretor

Sérgio Teixeira da Fonseca

Vice-Diretor

Hebert Ugrinowitsch

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Chefe

Gustavo Pereira Côrtes

Vice-Chefe

José Alfredo de Oliveira Debortoli

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS PELC E VIDA SAUDÁVEL

Coordenador

Hélder Ferreira Isayama

Coordenação do Sistema de Gestão Geral e Acadêmica

Elisângela Chaves

Coordenação do Sistema de Gestão Pedagógica

Maria Teresa Amaral

Coordenação do Sistema de Gestão Instrucional

Maria Cristina Rosa

Coordenação do Sistema de Tutoria

Gustavo Pereira Côrtes

EDITORIA UFMG

Diretor

Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora

Camila Figueiredo

Conselho Editorial

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)

Camila Figueiredo

Eduardo de Campos Valadares

Elder Antônio Sousa e Paiva

Fausto Borém

Lira Córdova

Maria Cristina Soares de Gouvêa

CAED

Diretor de Educação a Distância da UFMG

Wagner José Corradi Barbosa

Diretora Adjunta de Educação a Distância da UFMG

Maria das Graças Moreira

Coordenador de Pesquisas de Educação a Distância da UFMG

Fernando Fidalgo

Coordenador da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFMG

Eucídio Pimenta Arruda

Coordenadora Pedagógica de Educação a Distância da UFMG

Suzana dos Santos Gomes

Coordenador de Tecnologias de Educação a Distância da UFMG

Carlos Basílio Pinheiro

Coordenador de Extensão de Educação a Distância da UFMG

Evandro José Lemos da Cunha

JOANNA LESSA FONTES SILVA
CHRISTIANNE LUCE GOMES

PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PELC

Belo Horizonte
Editora UFMG
2017

© 2017, Joanna Lessa Fontes Silva, Christianne Luce Gomes

© 2017, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Coordenação Editorial
Camila Figueiredo

Direitos Autorais
Anne Caroline Silva

Coordenação de Textos
Lira Córdova

Produção Gráfica
Warren Marilac

Orientação e Supervisão Pedagógica
Cristina Gonçalves Ferreira de Souza

Produção Editorial e Preparação de Textos
Michel Gannam

Revisão Linguística
Ana Clara Teixeira Ferreira
Caio Saldanha
Daniela Menezes

Projeto Gráfico
Departamento de Design/CAED-UFMG

Formatação
Sérgio Luz

Ilustrações
Carolina Vilhena
Sérgio Luz

S586p Silva, Joanna Lessa Fontes
Princípios teórico-metodológicos do PELC / Joanna Lessa Fontes Silva,
Christianne Luce Gomes. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2017.

75 p. : il.

Material didático produzido pelo Centro de Apoio à Educação
a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais (CAED/UFMG).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-423-0183-0

1. Recreação. 2. Esportes. 3. Ciência política. 4. Políticas públicas. 5.
Educação. I. Gomes. Christianne Luce. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Apoio à Educação a Distância. III. Título.

CDD: 379

CDU: 37:32

Elaborada pela Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão – FAFICH-UFMG.

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 | CAD II | Bloco III
Campus Pampulha | 31270-901
Belo Horizonte-MG | Brasil
Tel. +55 31 3409-4650 | Fax +55 31 3409-4768
www.editoraufmg.com.br | editora@ufmg.br

Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG (CAED-UFMG)

Av. Pres. Antônio Carlos, 6.627 | Unidade Administrativa III
Térreo | Sala 115 | Campus Pampulha | 31270-901
Belo Horizonte-MG | Brasil
Telefax +55 31 3409-5526 | ead@ufmg.br

NOTA DA DIRETORIA DO CAED

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atua em diversos projetos de educação a distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio a Educação a Distância (CAED-UFMG), que iniciou suas atividades em 2003.

Primeiramente, o trabalho de apoio à educação a distância esteve ligado ao assessoramento da Reitoria e das unidades acadêmicas no credenciamento dos primeiros cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) da UFMG no Ministério da Educação (MEC).

Posteriormente, o CAED passou a ampliar sua atuação em favor da institucionalização da EaD na UFMG, coordenando e assessorando o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão a distância; desenvolvendo estudos e pesquisas sobre EaD; capacitando profissionais envolvidos com a modalidade; promovendo a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial; assessorando a produção de materiais didáticos impressos e digitais sobre EaD na UFMG; e gerindo os recursos financeiros dos cursos.

Atualmente, o CAED tem-se esforçado bastante para orientar e capacitar os agentes envolvidos nos cursos e demais ações a distância da UFMG para produzirem materiais didáticos e outros objetos de aprendizagem (animações, videoaulas, webconferências etc.), em consonância com as especificidades da educação a distância, de forma a permitir que essa modalidade de ensino possua o mesmo nível de excelência das demais atividades da universidade.

Nesse contexto, destacamos a parceria do CAED com a Editora UFMG, consolidada com a criação de um selo de qualidade EaD-UFMG. Assim, temos a honra de lançar esta obra, esperando que todos os leitores possam aproveitá-la ao máximo, inclusive entrando em contato conosco para sugestões, comentários e críticas.

Bons estudos!

Wagner José Corradi Barbosa
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFMG

Maria das Graças Moreira
DIRETORA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFMG



NOTA DA COORDENAÇÃO

Caro cursista,

No contexto de buscar a consolidação das políticas públicas de esporte e lazer, o Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolveu cursos a distância voltados para agentes sociais vinculados aos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável, gestores de esporte e lazer e interessados em geral na temática. Estruturado em módulos, são abordados conceitos e debates acerca do lazer, dos princípios e diretrizes do PELC e do Vida Saudável e de referenciais pedagógicos compatíveis com as reflexões sobre as políticas públicas e da gestão participativa, assim estruturados:

- Gestão Participativa do PELC;
- Princípios Teóricos-Metodológicos do PELC;
- Diagnóstico da Realidade Local;
- Avaliação;
- Esporte, Lazer e Saúde;
- Financiamento do Esporte e do Lazer;
- Esporte Recreativo e de Lazer;
- Roteiro para Elaboração de Projetos;
- Dança, Educação Física e Lazer.

A partir da constatação da necessidade de possibilitar o acesso ao conteúdo dos cursos a mais atores envolvidos com as políticas e outros interessados no tema, o Ministério do Esporte disponibiliza, em formato de material gráfico, os módulos de EaD (PELC e Vida Saudável). Com isso e em conjunto com a UFMG, pretende-se contribuir com a disseminação dos conhecimentos das políticas de esporte e lazer como elementos de transformação social, integrando ações sociais e discutindo elementos que possam orientar reflexões de aprofundamento sobre o tema do esporte recreativo e do lazer como uma política que permita à população acesso a esses direitos e, dessa forma, atender ao dispositivo constante na Constituição Federal quanto a esses temas.

Ana Elenara Pintos

CONSULTORA GERAL EM POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER | MINISTÉRIO DO ESPORTE

Helder Isayama

COORDENADOR GERAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO DO PELC E VIDA SAUDÁVEL | UFMG

LISTA DE FIGURAS

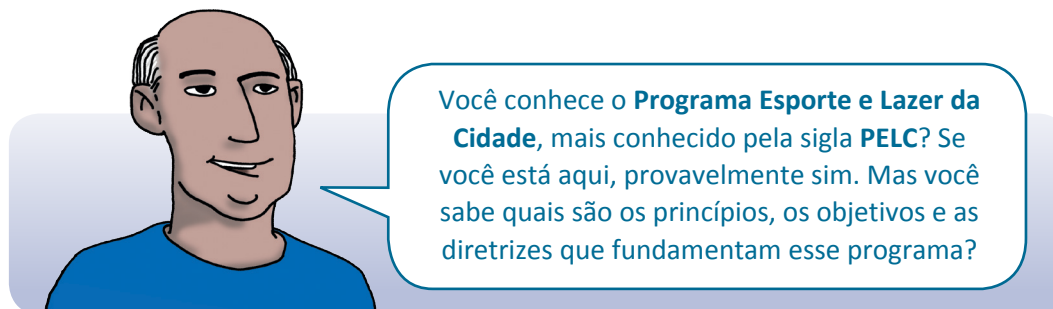
| | | |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 | Primeira logomarca do PELC. Fonte: Arquivo pessoal. | 16 |
| Figura 2 | Logomarca atual do PELC. Disponível em: < http://goo.gl/Rv704n >. Acesso em: 1 jun. 2016. | 17 |
| Figura 3 | Alfabetização. Disponível em: < https://goo.gl/ZSOjfx >. Acesso em: 18 maio 2016. | 32 |
| Figura 4 | Futebol de várzea. Disponível em: < https://goo.gl/5Ms4uV >. Acesso em: 18 maio 2016. | 39 |
| Figura 5 | Exemplo de grupos que realizam um trabalho coletivo. Disponível em: < https://goo.gl/yqmQ4v >. Acesso em: 27 abr. 2015. | 53 |
| Figura 6 | Municipalização do esporte e lazer. Disponível em: < https://goo.gl/ISxlbw >. Acesso em: 15 jun. 2016. | 63 |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| Unidade 1 | |
| O PELC COMO POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER E ESPORTE RECREATIVO | 13 |
| AULA 1 | |
| A criação do PELC | 14 |
| AULA 2 | |
| Implementação do PELC: o ponto de partida | 16 |
| AULA 3 | |
| Desdobramentos do PELC | 17 |
| AULA 4 | |
| Objetivos do PELC | 18 |
| AULA 5 | |
| O PELC como política pública | 19 |
| AULA 6 | |
| Políticas públicas | 20 |
| AULA 7 | |
| Políticas públicas e sociais | 21 |
| AULA 8 | |
| O lazer como direito social: conquistas e desafios pendentes no Brasil | 23 |
| AULA 9 | |
| Compreendendo o lazer | 24 |
| ENCERRAMENTO DA UNIDADE 1 | 26 |
| Unidade 2 | |
| O PELC E A EDUCAÇÃO POPULAR | 27 |
| AULA 10 | |
| O PELC como uma intervenção educativa no âmbito do lazer e do esporte recreativo | 28 |
| AULA 11 | |
| O PELC e a educação popular como orientação teórico-metodológica | 30 |
| AULA 12 | |
| O PELC e o caminho da educação popular | 31 |
| AULA 13 | |
| O duplo aspecto educativo do lazer | 36 |
| AULA 14 | |
| As ferramentas de organização do trabalho pedagógico do PELC | 38 |
| AULA 15 | |
| As atividades sistemáticas | 40 |

| | | |
|---------------------------------------|--|-----------|
| AULA 16 | | |
| As atividades assistemáticas | | 42 |
| AULA 17 | | |
| Formação modular | | 43 |
| AULA 18 | | |
| Formação em serviço | | 44 |
| AULA 19 | | |
| A entidade de controle social | | 45 |
| AULA 20 | | |
| O Conselho Gestor | | 46 |
| ENCERRAMENTO DA UNIDADE 2 | | 48 |
| | | |
| Unidade 3 | | |
| DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO PELC | | 51 |
| | | |
| AULA 21 | | |
| Diretrizes pedagógicas do PELC | | 52 |
| AULA 22 | | |
| Trabalho coletivo | | 53 |
| AULA 23 | | |
| Auto-organização comunitária | | 54 |
| AULA 24 | | |
| Intergeracionalidade | | 55 |
| AULA 25 | | |
| Fomento e difusão da cultura local | | 57 |
| AULA 26 | | |
| Respeito à diversidade | | 59 |
| AULA 27 | | |
| Intersetorialidade | | 61 |
| AULA 28 | | |
| Municipalização | | 62 |
| ENCERRAMENTO DA UNIDADE 3 | | 65 |
| | | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | | 67 |
| | | |
| ATIVIDADE FINAL | | 69 |
| | | |
| REFERÊNCIAS | | 73 |
| | | |
| SOBRE AS AUTORAS | | 75 |

APRESENTAÇÃO



Você conhece o **Programa Esporte e Lazer da Cidade**, mais conhecido pela sigla **PELC**? Se você está aqui, provavelmente sim. Mas você sabe quais são os princípios, os objetivos e as diretrizes que fundamentam esse programa?

Caro cursista,

Seja bem-vindo ao módulo Princípios Teórico-Methodológicos do PELC. Trabalharemos algumas temáticas relativas aos princípios teórico-metodológicos do PELC para contribuir com o aprofundamento de sua compreensão sobre esse programa e auxiliar você a conhecer algumas ferramentas pedagógicas que ajudem a qualificar ainda mais a sua intervenção em contextos locais. Apresentamos a seguir a ementa deste módulo e esperamos que você esteja motivado a ampliar seus conhecimentos.

Ementa

Neste módulo serão abordados os seguintes assuntos: objetivos e diretrizes do PELC; o PELC como política pública comprometida com a garantia do direito social ao lazer e ao esporte recreativo; princípios teórico-metodológicos do PELC que subsidiam a intervenção pedagógica dos agentes sociais; o lazer e o esporte recreativo como práticas sociais que constituem possibilidades de compreender e intervir na realidade; a educação popular como proposição pedagógica orientadora das intervenções no âmbito do lazer e do esporte recreativo; e diretrizes e ferramentas pedagógicas do PELC comprometidas com a implementação de políticas públicas participativas de esporte e lazer.

Esperamos que, ao final do módulo, você possa:

- conhecer a proposta teórico-metodológica do PELC como uma política pública comprometida com a garantia do direito social ao lazer e ao esporte recreativo;
- refletir sobre o esporte e o lazer como práticas sociais que constituem possibilidades significativas de compreender e intervir na realidade;
- compreender a educação popular como proposição pedagógica orientadora das intervenções no âmbito do esporte recreativo e do lazer;
- discutir e se apropriar das diretrizes e ferramentas pedagógicas do PELC comprometidas com a implementação de políticas públicas participativas de esporte e lazer.

Para alcançar esses objetivos, o módulo foi dividido em três unidades inter-relacionadas.

A Unidade 1 busca contextualizar o PELC, tratando-o como uma política pública comprometida com o direito social ao lazer e ao esporte recreativo. Para isso, serão abordados conceitos e significados de política pública, política social, direito social e lazer.

Dando continuidade aos fundamentos tratados na primeira unidade, a Unidade 2 propõe discutir a educação popular, referência essencial dos princípios teórico-metodológicos do PELC. Nesse momento serão abordadas, também, as ferramentas de organização do trabalho pedagógico do PELC.

A Unidade 3 foi elaborada com o propósito de apresentar e discutir as diretrizes pedagógicas do PELC.

Para o desenvolvimento das leituras e atividades avaliativas propostas, a carga horária das unidades foi organizada da seguinte maneira: cada unidade possui 15 horas, totalizando, assim, um módulo de 45 horas. O tempo de dedicação ao módulo previsto para cada semana será de aproximadamente sete horas.

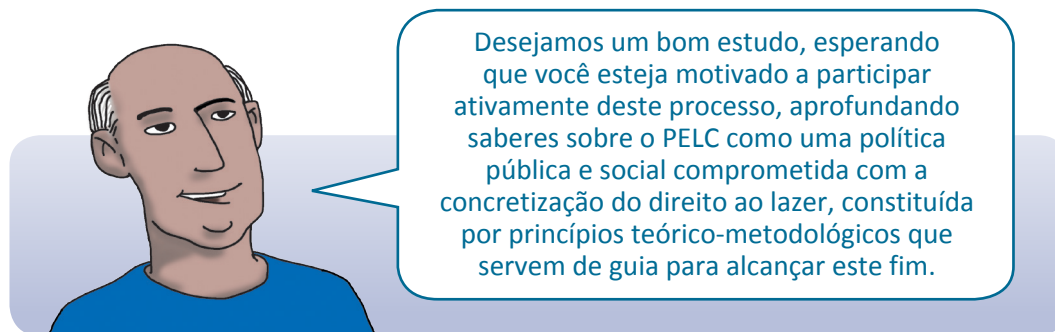
Avaliação e aprovação no módulo

O acompanhamento das atividades ocorrerá ao longo de todas as semanas do módulo. Sua aprovação será resultante da entrega das atividades nas datas previamente definidas pelo cronograma do módulo. Portanto, procure se organizar para os estudos de maneira que essa experiência possa ser exitosa.

Sucesso em seus estudos!

Joanna Lessa Fontes Silva

Christianne Luce Gomes



Desejamos um bom estudo, esperando que você esteja motivado a participar ativamente deste processo, aprofundando saberes sobre o PELC como uma política pública e social comprometida com a concretização do direito ao lazer, constituída por princípios teórico-metodológicos que servem de guia para alcançar este fim.

Unidade

1

O PELC COMO POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER E ESPORTE RECREATIVO

A proposta desta primeira unidade é situar o PELC como uma política pública comprometida com a garantia do direito social ao lazer e ao esporte recreativo. Para tanto, serão apresentadas informações sobre a concepção do programa, seus objetivos e suas propostas, bem como será feita uma discussão sobre política pública, política social, direito social e lazer.

Façamos, como ponto de partida, um retorno no tempo: sem desconsiderar iniciativas anteriores, nosso marco histórico é o ano de 2003, quando o lazer e o esporte foram tratados em nosso país como uma das prioridades do Estado. Isso foi possível por meio do desenvolvimento de políticas públicas e de ações concretas comprometidas com o acesso ao lazer e ao esporte recreativo.



FIQUE ATENTO

Do ponto de vista político-social, o que ocorreu no Brasil no ano de 2003? Esse foi o contexto que possibilitou a criação de um programa como o PELC, por isso é importante compreendê-lo, como faremos a seguir.

AULA 1

A CRIAÇÃO DO PELC

No Brasil, até o ano de 2002, as ações de esporte e turismo desenvolvidas pelo governo federal vinham sendo realizadas em uma única pasta política. No início de 2003, com as mudanças efetuadas no âmbito do governo federal, tem-se a criação do Ministério do Esporte e a do Ministério do Turismo, que passaram a contar com estruturas institucionais específicas e orçamentos próprios.

O Ministério do Esporte (ME) assumiu, desde sua criação, o compromisso e a responsabilidade de construir a Política Nacional de Esporte e Lazer. Para isso, em 2004 foram realizadas as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer, que, contando com a participação popular, levantaram as bases da política nacional que foram aprovadas no ano seguinte, em 2005. Para concebê-las e implementá-las, foram adotadas como referência três formas de manifestação: o chamado “esporte de rendimento”, o “esporte educacional” e o “esporte de participação e lazer”. Essa classificação foi baseada no trabalho do pesquisador Manoel Gomes Tubino (1992). Segundo ele:

- o “esporte de rendimento” é aquele que se relaciona com a performance esportiva, inserida em uma estrutura formal e institucionalizada. Ou seja, aquele esporte que se baseia no espetáculo, organizado por ligas e federações específicas e intimamente ligado a iniciativa privada;
- o “esporte educacional” é aquele que tem objetivos formativos, reforçando princípios socioeducativos e é realizado numa organização diferente daquela que marca o esporte de rendimento;
- o “esporte participação” é aquele comprometido com o bem-estar social de seus participantes e é direcionado a todas as pessoas, sendo praticado voluntariamente como possibilidade de lazer.

Na pesquisa de Meily Linhales (1996), essa classificação não garante o esporte como direito de todos, uma vez que ela não apresenta mudanças sobre o sistema piramidal esportivo instituído no Brasil. Dessa maneira, esse modelo acaba assumindo como referência principal o esporte de alta performance.



VOCÊ SABIA?

Apesar de o lazer não se restringir às manifestações esportivas, pois envolve vários outros tipos de interesses (como os sociais e os artísticos, por exemplo), e embora essa classificação possa ser questionada e criticada por diversas razões, o ME foi organizado de acordo com essa lógica e passou a contar com três estruturas principais: a Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer.

Uma das primeiras ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL) foi a concepção do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Esse programa foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do lazer e do esporte recreativo, direitos sociais garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, como você estudou no módulo Gestão Participativa do PELC.

Para integrar suas ações às demais políticas públicas, no sentido de favorecer o desenvolvimento humano e a inclusão social, coube ao PELC o desafio de ampliar o acesso de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência ao lazer e ao esporte recreativo, tendo em vista o enfrentamento à desigualdade na concretização desse direito social por contingentes significativos da população brasileira.



SAIBA MAIS

Para obter mais informações sobre a concepção e implementação inicial do PELC, leia o texto “O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual à sua implementação”, de Lino Castellani Filho (2007).

IMPLEMENTAÇÃO DO PELC: O PONTO DE PARTIDA

O PELC foi deflagrado no início de 2004, por meio de um projeto-piloto da SNDEL, implementado mediante convênios firmados entre o ME e 10 prefeituras. Os critérios para definir os municípios foi a experiência com gestão municipal pautada na participação popular e na tradição no desenvolvimento de projetos esportivos de cunho social.

Para ampliar a abrangência territorial do PELC, essa nova política pública de esporte e de lazer foi concretizada em municípios situados em distintas regiões do país: Bagé-RS, Caetés-PE, Castanhal-PA, Dionísio Cerqueira-SC, Imperatriz-MA, Ipatinga-MG, Ji-Paraná-RO, Juína-MT, Niterói-RJ e Xapuri-AC.

Após a avaliação do projeto-piloto, o PELC pôde ser realizado em outros municípios brasileiros, por meio de convênios celebrados com estados, municípios e instituições do chamado Terceiro Setor (CASTELLANI FILHO, 2007).

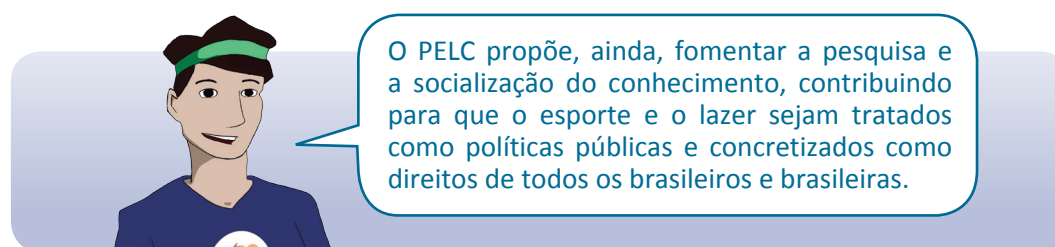


Figura 1 – Primeira logomarca do PELC

AULA 3

DESDOBRAMENTOS DO PELC

Como vimos até aqui, o PELC foi criado como uma política pública e social, encarregada de atender às necessidades de lazer e de esporte recreativo da população brasileira. Além de proporcionar diferentes práticas corporais, culturais e de lazer para pessoas de todas as idades, incluindo as com deficiência, o programa busca estimular a convivência social, a formação de gestores e a atuação de lideranças comunitárias.



Decorre disso a relevância das políticas públicas de lazer contemplarem uma diversidade de conteúdos culturais que possam atender os interesses de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de ambos os sexos, incluindo pessoas com deficiências, sobretudo aqueles que não têm garantido o acesso a esse direito social. Ressalta-se, ainda, a importância de o esporte ser vivenciado no contexto do PELC como uma possibilidade lúdica e acessível a todos e a todas, sem sujeitar-se aos padrões de performance e de rendimento esportivo. Por isso, esse programa concebido e implementado pelo ME, em diversos municípios brasileiros, compromete-se com a democratização do lazer e do esporte recreativo.

A estrutura organizacional do ME foi reformulada ao longo dos anos. Entre essas mudanças, a mais significativa para o PELC foi a integração de dois setores do ME (a Secretaria de Esporte Educacional e a Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer). Foi, então, criada a atual Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), que acolheu o PELC e se encarregou de prosseguir e aprimorar as políticas públicas e sociais no campo das manifestações esportivas educacionais, recreativas e de lazer.



Figura 2 – Logomarca atual do PELC



SAIBA MAIS

Para conhecer os programas e projetos que atualmente são desenvolvidos pelo ME, acesse o site <www.esporte.gov.br>. Você terá acesso a informações, em especial, sobre o PELC <<http://goo.gl/k4Jkx1>> e outros programas a ele vinculados, como o Vida Saudável, que, conforme veremos adiante, é destinado especificamente a pessoas idosas.

OBJETIVOS DO PELC

O PELC foi criado com o objetivo principal de democratizar o direito das pessoas brasileiras ao lazer e ao esporte recreativo. A partir dessa meta, o programa pretende alcançar os seguintes objetivos específicos:

- **nortear ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de lazer e esporte recreativo**, garantindo que pessoas de diferentes segmentos sociais, faixas etárias, opções sexuais, etnias, com ou sem deficiência, possam concretizar o direito ao lazer e ao esporte recreativo;
- **estimular a gestão participativa entre os sujeitos locais direta e indiretamente envolvidos com o PELC**, possibilitando que a organização das atividades seja gerida com a participação de diferentes atores, compartilhando a responsabilidade do programa entre todos;
- **orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo**; por meio dessa organização participativa, o programa almeja que cada cidade formule e desenvolva sua própria política pública de esporte e lazer considerando as especificidades da realidade local;
- **promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo**, qualificando-os para que possam intervir nos contextos locais abarcados pelo programa;
- **incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo** para envolver a população local para além dos núcleos, celebrando e socializando o trabalho desenvolvido pelo PELC;
- **reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo**, pois cada município, cada contexto e cada comunidade têm costumes e tradições próprias que se manifestam, por exemplo, nas danças, nos jogos e nas brincadeiras próprias de determinado local. Essas práticas culturais são reconhecidas como importantes e, por isso, são colocadas em evidência pelo PELC.

AULA 5

O PELC COMO POLÍTICA PÚBLICA

Como foi mencionado anteriormente, o PELC constitui uma política pública comprometida com a concretização do direito social ao lazer e ao esporte recreativo. Essa questão foi tratada no módulo Gestão Participativa do PELC, que, entre outros pontos, procurou discutir a trajetória histórica das ações públicas de esporte e lazer no Brasil, destacando e contextualizando os principais marcos legais que as orientam.



PARA REFLETIR

O que é uma política pública? O que diferencia uma política pública de uma política social?
O que é um direito social?

POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma geral, quando falamos em políticas públicas, estamos nos referindo ao que o governo faz, “o governo em ação”, ou, também, ao que ele deixa de fazer. A expressão “política pública” pode ser entendida e conceituada a partir de diferentes enfoques, pois não existe uma única nem uma melhor definição sobre o que seja “política pública”.

Como existem variadas compreensões e abordagens sobre políticas públicas, o trabalho da pesquisadora Celina Souza (2006) assinala alguns de seus elementos principais:

- embora seja materializada por meio dos governos, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão; não se restringe aos participantes formais, já que os informais também são importantes;
- permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, ele faz;
- é abrangente e não se limita a leis e regras;
- é uma ação intencional e visa ao alcance de determinados objetivos;
- embora tenha impactos no curto prazo, é uma ação de longo prazo;
- envolve processos subsequentes à sua proposição, ou seja, implica implementação, execução e avaliação.

AULA 7

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

Existe uma diversidade de definições de “política social” que demarcam posições diferenciadas quando se leva em conta seus objetivos, extensão e limites. Mas, em geral, essa expressão é entendida como o conjunto de diretrizes, orientações, critérios e delineamentos condizentes à preservação e elevação do bem-estar social, com o intuito de que esses benefícios alcancem todos os membros da sociedade com a maior equidade possível.



As compreensões de política social podem ser agrupadas em dois tipos específicos, segundo a pesquisadora Thais Maingon (2004):

1. aquelas que se limitam aos programas de bem-estar social e às políticas que sustentam ou conformam esses programas. Segundo esse entendimento, uma política social diz respeito a um conjunto de medidas que contribuem para minimizar as distorções da política econômica, tendo assim um caráter assistencial e uma função residual;
2. a segunda concepção considera que a função principal da política social é a redução e a eliminação das iniquidades sociais por meio da redistribuição dos recursos, serviços, oportunidades e capacidades. Esse conceito inclui todas as atividades que contribuem com a saúde, educação, lazer, assistência pública, seguridade social e moradia da população e também aquelas que afetam, em geral, a distribuição e redistribuição dos recursos materiais e sociais.



VOCÊ SABIA?

Políticas sociais dizem respeito a ações que determinam o padrão de **proteção social** implementado pelo Estado. Em princípio, elas se voltam para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas públicas comprometidas com a concretização de direitos sociais, como o lazer, assumem o caráter de políticas sociais. Esse é o caso do PELC.

As políticas sociais se tornam relevantes, sobretudo, em realidades cujas desigualdades sociais são alarmantes e expõem níveis absurdos de iniquidades, como é comum no Brasil. Apesar dos posicionamentos distintos e conflitantes quanto às compreensões de política pública e política social, considera-se que ambos os termos são adequados para o tratamento do assunto quando se pensa nos interesses coletivos e na busca do bem comum em cada contexto social.

É possível pensarmos o lazer como uma política social? Por quê?

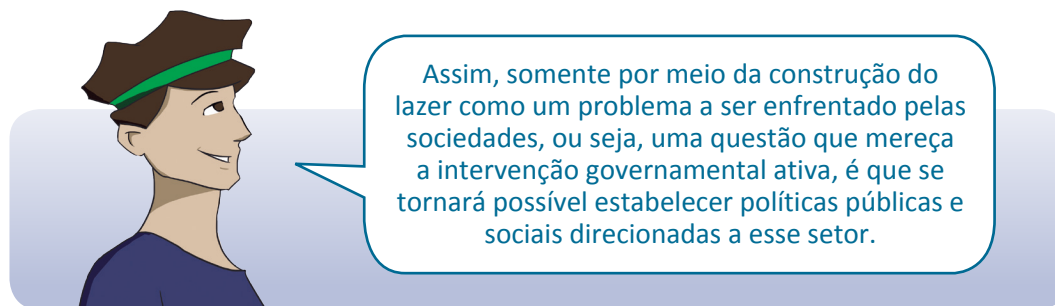
As políticas públicas de lazer são uma das múltiplas ações a serem realizadas pelo Estado, o que envolve diversos sujeitos, grupos e instituições públicas, privadas ou do chamado Terceiro Setor.



SAIBA MAIS

Em geral, o governo é considerado Primeiro Setor, as empresas privadas, Segundo Setor, e as associações e entidades sem fins lucrativos – como as organizações não governamentais (ONGs) – compõem o chamado Terceiro Setor. Essa classificação é muito usada nos Estados Unidos, e o Brasil também a utiliza. A ação do Terceiro Setor na sociedade é fundamental, porque muitas de suas instituições dedicam-se à prestação de serviços sociais, à promoção do desenvolvimento econômico local, ao combate à degradação ambiental, à defesa dos direitos humanos e a várias outras iniciativas que ainda não foram atendidas e que ficam sob responsabilidade do Estado, por exemplo. Para saber mais, leia o artigo “A emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global” (SALAMON, 1998).

É importante destacar que nem sempre a ressonância social do lazer é reconhecida, seja no setor público, no privado, no Terceiro Setor e até mesmo nos meios acadêmicos, principalmente quando está em jogo a liberação de recursos. Como afirma o pesquisador Nelson Marcellino (1996), apesar da sua relevância, as políticas públicas de lazer são frequentemente relegadas a um segundo plano.



AULA 8

O LAZER COMO DIREITO SOCIAL: CONQUISTAS E DESAFIOS PENDENTES NO BRASIL

O lazer é reconhecido como um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ele é explicitado em quatro artigos constitucionais:

- o **artigo 6º** da Constituição de 1988 distingue o lazer como um direito social – assim como a educação, a saúde, a moradia, a segurança e a previdência social, entre outros direitos citados nesse artigo;
- o **artigo 7º** enfatiza que os trabalhadores urbanos e rurais, assim como outros sujeitos, têm direito a receber um salário mínimo que dê conta de suprir suas necessidades vitais básicas e de sua família, incluindo o lazer;
- o **artigo 217** aborda o lazer como responsabilidade do poder público, que deverá incentivá-lo como forma de promoção social;
- o **artigo 227**, além de reforçar que o direito ao lazer é dever do Estado, o coloca como dever da família e da sociedade, que devem assegurá-lo à criança, ao adolescente e ao jovem com prioridade.

Contudo, a simples existência dos direitos sociais e seu reconhecimento na lei não significa que eles serão cumpridos, o que demonstra que os direitos sociais requerem uma abordagem mais complexa acerca dos cidadãos e de sua participação na sociedade.

Ao entender o lazer como um direito social em uma perspectiva mais ampliada, sua realização envolve vários elementos: a qualidade de vida individual e coletiva, o desenvolvimento humano, o reconhecimento de identidades/diversidades culturais, a criatividade social e tantos outros, que, em conjunto, podem abrir portas para a transformação social.

Por isso, o lazer se apresenta como uma possibilidade de humanização a partir da sua realização de forma educativa, para que possa, efetivamente, colaborar com a emancipação pessoal e social.



SAIBA MAIS

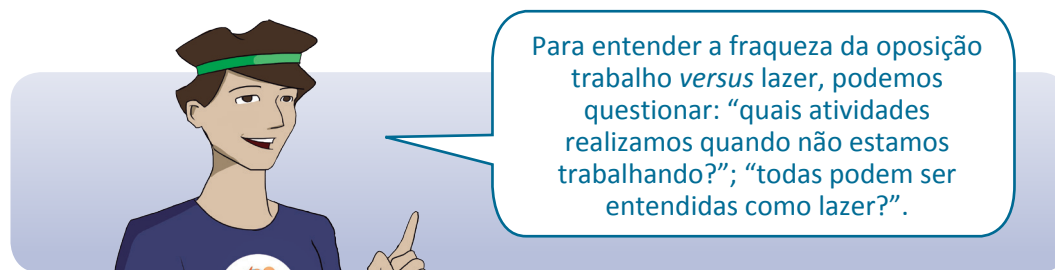
Caso tenha interesse em saber um pouco mais sobre a temática das políticas públicas, confira a coletânea *Sobre lazer e política* (ISAYAMA; LINHALES, 2006).

AULA 9

COMPREENDENDO O LAZER

Em nosso meio, quando falamos em lazer, pensamos logo em trabalho, muitas vezes vendo-o como um contraponto. Embora essa seja a interpretação mais difundida, cada vez mais ela vem sendo repensada e criticada por estudiosos do assunto – sobretudo, por não dar conta de problematizar as complexidades e as novas dinâmicas que marcam o lazer e a vida como um todo neste século 21, em decorrência do avanço das novas tecnologias de informação e comunicação.

Entretanto, a relação de oposição entre trabalho e lazer permanece no século 21 e é paradoxal, pois a flexibilização laboral (e, com ela, a precarização do trabalho) somada à gradativa divisão internacional do trabalho (que acabou concentrando a produção industrial em alguns países e regiões do mundo) e ao avanço tecnológico (que expandiu as fronteiras espaciais/temporais) já deixaram claro que os supostos limites entre ambos são, cada vez mais, tênues e difusos na vida social cotidiana.



Para entender a fraqueza da oposição trabalho *versus* lazer, podemos questionar: “quais atividades realizamos quando não estamos trabalhando?”; “todas podem ser entendidas como lazer?”.

Arrumar a casa, levar os filhos à escola, consertar o cano que estourou e comprar alimentos são alguns exemplos de atividades que realizamos fora do nosso horário de trabalho e que não são atividades de lazer, necessariamente. Assim, para compreender o lazer, precisamos considerar alguns elementos, como a opção escolhida, a satisfação experimentada e o sentido dado à ação, entre outros.

Em geral, o lazer pode ser abordado em três âmbitos (GOMES, 2014):

1. **é uma vivência cotidiana:** todas as pessoas, em todos os contextos, épocas e lugares, experimentam incontáveis possibilidades de desfrutar a vida social e cultural: festejando, jogando, passeando, sociabilizando ou, simplesmente, contemplando objetos, pessoas, suas práticas e o mundo ao redor. Assim, ao lazer são atribuídos sentidos e significados que dialogam com os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto específico;
2. **um objeto de estudos:** de acordo com o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1979), a temática do lazer constituiu uma “problemática social” desde o advento da Revolução Industrial. Mas foi nas primeiras décadas do século 20, especialmente nos Estados Unidos e em alguns países europeus, que o lazer passou a ser estudado de modo mais sistemático. Naquela época, as discussões sobre o lazer eram impulsionadas pelas transformações verificadas no mundo do trabalho, pois a redução da jornada laboral colocou em realce

a preocupação com os usos do “tempo livre”. Desde então, as abordagens sobre o lazer vêm se diversificando e abrindo novas perspectivas de análise em diferentes áreas;

3. **a formação/atuação profissional em lazer:** integra esses processos e é, por isso, mais um âmbito a ser considerado. No Brasil, as propostas de recreação e lazer instituídas nesse campo foram assumidas pelo poder público nas primeiras décadas do século 20. Posteriormente, a iniciativa privada vislumbrou a formação e, principalmente, a atuação profissional como possibilidade de negócios, trazendo novos desafios relevantes de serem compreendidos e debatidos na atualidade.

Diferentes conceitos de lazer perpassam os três âmbitos anteriormente citados, estando presentes também no contexto do PELC.



ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Faça uma pesquisa em bibliotecas e em sites acadêmicos (como o Google Acadêmico, <www.scholar.google.com>), identifique diferentes conceitos de lazer e reflita sobre cada um deles. Lembre-se de explicitar os autores e as referências de onde essas informações foram extraídas.

Comentário da atividade

Em geral, no Brasil, o lazer é compreendido como sinônimo de tempo livre, tempo desocupado, descanso, passatempo ou divertimento. Quase sempre, essas e outras compreensões de lazer são construídas em função da categoria trabalho, assumindo um papel complementar ao processo produtivo. Seguindo essa linha de pensamento, é como se o lazer tivesse “razão de ser” apenas em função do trabalho produtivo – ficando, portanto, destituído de um valor próprio e desatrelado de reflexões mais consistentes e críticas sobre seus significados em cada contexto histórico e social. Por isso, em geral o ócio é rejeitado por muitos autores, por ser taxado como improdutivo e como perda de tempo a ser combatida.

Há, ainda, visões elaboradas a partir da segunda metade do século 20 que são fundamentadas no sociólogo francês Joffre Dumazedier, que compreende o lazer como um fenômeno moderno gerado na Europa com a Revolução Industrial e visto como um conjunto de ocupações voltadas ao descanso, divertimento ou desenvolvimento da personalidade, após a pessoa (em geral, uma pessoa trabalhadora) se liberar de suas obrigações. Esse tipo de visão reforça uma racionalidade moderna, urbana-industrial, ocidental, europeia e capitalista.

Visões como essas, apesar de serem muito comuns e de serem seguidas por vários autores, estão enraizadas em um contexto histórico-social específico e dizem respeito a apreensões mais imediatas da realidade, nas quais o lazer é vivido sem maiores reflexões e sem diálogos com cada cultura, o que as torna generalizantes, superficiais, parciais, excludentes e descontextualizadas.

Será que existem outras lógicas e interpretações a partir das quais o lazer pode ser vivido e conceituado? Será que essas outras lógicas poderiam dialogar com as incontáveis práticas sociais vividas como desfrute da cultura em diferentes territórios de nosso vasto mundo?

Considerando as peculiaridades de programas sociais como o PELC, reflita sobre a pertinência de determinados conceitos de lazer que são estruturados em função do trabalho e das obrigações, negligenciando, assim, suas inter-relações com outros âmbitos da vida coletiva (com a educação, com a cultura, com a economia, com a linguagem, com a natureza etc.), com diferentes coletividades e com outras lógicas e cosmovisões que marcam diferentes culturas em contextos distintos.

Assim, esta atividade proposta pelo curso convida você a fazer uma busca por conceitos de lazer elaborados por autores que se dedicam a essa temática e, principalmente, a refletir criticamente sobre cada um deles.

ENCERRAMENTO DA UNIDADE 1



SÍNTESE

Alguns dos principais temas discutidos nesta primeira unidade foram:

- o PELC foi criado em 2003 como uma política pública e social encarregada de ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do lazer e do esporte recreativo, que são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988;
- além de proporcionar diferentes práticas corporais, culturais e de lazer para pessoas de todas as idades, incluindo pessoas com deficiência, o PELC busca estimular a convivência social, a formação de gestores e a atuação de lideranças comunitárias. Propõe, ainda, fomentar a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e concretizados como direitos de todos os brasileiros e brasileiras;
- políticas públicas e sociais como o PELC contemplam uma multiplicidade de saberes sobre princípios, diretrizes, estratégias e ferramentas essenciais para a concretização do lazer como um direito social. Como visto, esse processo envolve vários sujeitos, instâncias e níveis de decisão comprometidos com determinados interesses e se efetiva por meio de programas, projetos e ações setoriais implementadas pelo Estado, através de iniciativas governamentais;
- como há risco de descontinuidade, as políticas governamentais podem ser transitórias e interrompidas. Para evitar esse problema, é preciso que políticas governamentais sejam transformadas em políticas de Estado. Esse é um dos grandes desafios colocados para o PELC: ser concebido e efetivado como uma política de Estado comprometida com a concretização do direito social ao lazer e ao esporte recreativo;
- o lazer é reconhecido como um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Contudo, os direitos sociais requerem uma abordagem mais complexa acerca dos cidadãos e de sua participação na sociedade, bem como a implementação de ações efetivas, tendo em vista que sua existência e reconhecimento na lei não significa que eles serão cumpridos;
- o lazer pode ser compreendido, pelo menos, em três âmbitos inter-relacionados: como uma experiência da vida cotidiana, como um objeto de estudos e como um campo de formação/atuação profissional;
- em geral, o lazer vem sendo compreendido como contraponto do trabalho. Embora essa seja a interpretação mais difundida no contexto brasileiro, cada vez mais ela vem sendo repensada e criticada na atualidade.

Unidade

2

O PELC E A EDUCAÇÃO POPULAR

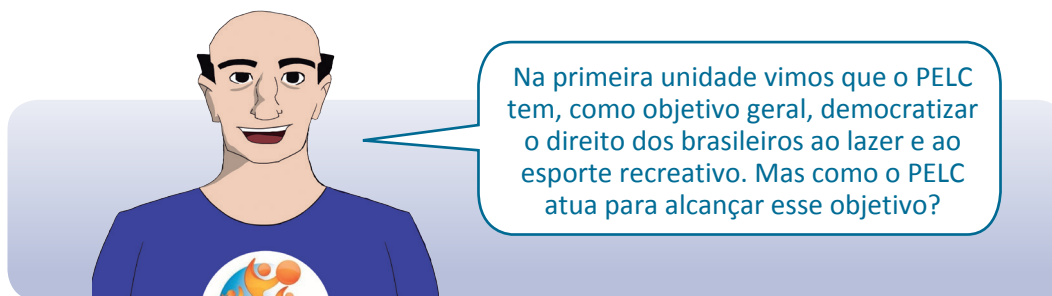
Na primeira unidade, você conheceu o PELC e entendeu que ele é uma política pública que visa garantir o direito social de esporte e lazer previsto na nossa Carta Magna de 1988. Além disso, pôde perceber que ele é fruto de uma história das ações de esporte e lazer em âmbito federal e que faz uma opção voltada para a **transformação da realidade**. Mas como o PELC atua para buscar essa transformação? É o que veremos a seguir.

Nesta segunda unidade, vamos conhecer um pouco sobre a educação popular, como ela se desenvolveu, quais as suas especificidades e os seus fundamentos para intervenção na realidade. Em seguida, apresentaremos as ferramentas de organização do trabalho pedagógico do programa e sua importância para as ações do PELC.



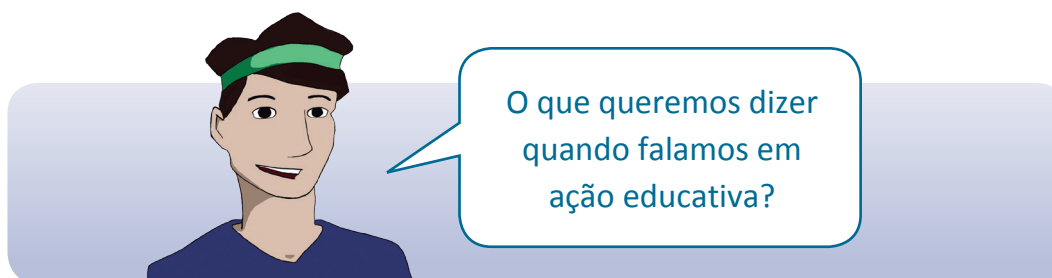
AULA 10

O PELC COMO UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA NO ÂMBITO DO LAZER E DO ESPORTE RECREATIVO



O PELC tem o objetivo de “garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros através de **ações educativas** na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013, p. 14). As ações educativas do PELC são realizadas a partir de duas iniciativas principais:

1. implantação e desenvolvimento de **Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, possibilitando a inclusão de pessoas com deficiência;
2. formação continuada, com a ação educativa continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas de lazer e de inclusão social e cultural.



A ação educativa pressupõe dois elementos fundamentais: ensinar e aprender. Podemos encontrar esses dois elementos nas iniciativas que elencamos anteriormente. Na implantação e no desenvolvimento dos núcleos, os agentes sociais estabelecem momentos de ensino-aprendizagem com os participantes das oficinas que eles ministram, assim como na formação continuada, em que vários atores (agentes, gestores, entre outros) participam de espaços de ensino-aprendizagem voltados para o planejamento, a avaliação e o aprofundamento das ações educativas do PELC.

Estamos falando, então, de um trabalho educativo, pedagógico, que está imerso no dia a dia do programa. Esse trabalho pedagógico pode ser concretizado a partir de várias tendências, que podemos sintetizar em:

- **tradicionais/liberais** – o processo de ensino-aprendizagem indica papéis bem definidos: o professor seria o responsável pelo ensino, pois ele detém o saber, e o aluno seria responsável pela aprendizagem, pois ele não detém o saber. O conteúdo e a metodologia do processo são definidos exclusivamente pelo professor. Da mesma forma, é ele que realiza sozinho o planejamento e a avaliação durante todo o processo. Existe variação nessas tendências, sendo que algumas se preocupam mais com o ensino, outras com a técnica e outras com o aprendizado do aluno. Em todas elas, a ação educativa tem como objetivo formar o educando para o mundo do trabalho, sem priorizar uma formação questionadora e crítica. Assim, a ação educativa reforça a manutenção das desigualdades que prevalecem em nossa sociedade (o chamado *status quo*);
- **progressistas/críticas** – o processo de ensino-aprendizagem é um todo complexo, em que tanto professor como alunos são responsáveis (em diferentes medidas) por todo o processo: conteúdos, planejamento, avaliação, ensino e aprendizagem. Tomados ambos como sujeitos ativos e críticos, nessa tendência, a ação educativa é voltada não apenas para o mundo do trabalho, mas para a intervenção na realidade. Professor e aluno têm papéis políticos de reflexão e ação na sociedade, visando a transformá-la.



PARA REFLETIR

Se o PELC busca a transformação da realidade, qual é a tendência pedagógica a que a sua ação educativa estaria ligada?



Vamos ver adiante que, dentre as tendências progressistas/críticas, o PELC toma uma específica como orientação.

O PELC E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como vimos na primeira unidade, o PELC foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e do lazer, direitos sociais garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Para integrar suas ações às demais políticas públicas, no sentido de favorecer o desenvolvimento humano e a inclusão social, coube ao PELC o desafio de ampliar o acesso de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência ao esporte recreativo e ao lazer, tendo em vista enfrentar a desigualdade na concretização desse direito social por contingentes significativos da população brasileira.

Para enfrentar esse desafio, o PELC faz uma opção teórico-metodológica, ou seja, ele busca uma orientação para as suas ações educativas, um caminho para atingir esse objetivo respaldado em uma concepção teórica.

O PELC quer “enfrentar a desigualdade”, o que significa dizer que ele parte de uma concepção teórica do conflito. Assim, ele reconhece que a sociedade é marcada por uma situação de desigualdade, em que determinados grupos têm mais acesso do que outros aos bens materiais, sociais e culturais produzidos coletivamente.

A teoria do conflito enfatiza como os membros de grupos privilegiados tentam manter suas vantagens, enquanto grupos subordinados lutam para aumentar as suas. Desse ponto de vista, as condições sociais em um dado período de tempo são a expressão da luta de poder contínua entre grupos privilegiados e grupos subordinados. A teoria do conflito tipicamente sugere que a eliminação dos privilégios diminuirá o grau de conflito e aumentará o bem-estar humano total (BRYM, 2008, p. 16).

A teoria do conflito busca criticar e compreender situações de desigualdade, além de criar meios para modificá-la. Para isso, escolhe uma metodologia, ou seja, um caminho por onde seguir e que esteja de acordo com essa concepção teórica.

O caminho escolhido pelo PELC foi a **educação popular**. Na próxima aula, você saberá o porquê.

O PELC E O CAMINHO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Falar em educação popular é falar em uma concepção de educação que une dois elementos: conscientização e organização popular. Como explica Moacir Gadotti, um dos representantes da educação popular no Brasil, foi na década de 1950 que se iniciou essa profunda história de ideias, práticas e acontecimentos no campo da educação na América Latina. Reagindo contra uma prática de educação de adultos que não reconhecia os trabalhadores como homens e mulheres com uma grande experiência de vida e construtores de sua própria história, vários educadores começaram a questionar esse modelo de educação – dentre eles, Paulo Freire.

Para Paulo Freire, a educação tradicional não pautava sua ação na tarefa de conhecer como ato humano, o que reforça a capacidade crítica. Por isso ele a chamava de educação bancária. Nessa forma de educação, o estudante era visto como um espaço vazio em que o professor era responsável por depositar os conhecimentos e depois, através da avaliação, sacá-los.

Paulo Freire explicava que essa educação é desumanizadora, não reconhece a história dos estudantes nem seu papel como sujeitos que constroem sua própria história. Por exemplo: por que um grupo de trabalhadores rurais do Nordeste deveria aprender a ler e escrever a partir da palavra “uva”? Essa fruta faz parte da realidade deles? Tem relação com sua experiência de vida? Possivelmente não, já que, para a produção de uva, na maior parte do Nordeste, seria preciso um grande investimento tecnológico.

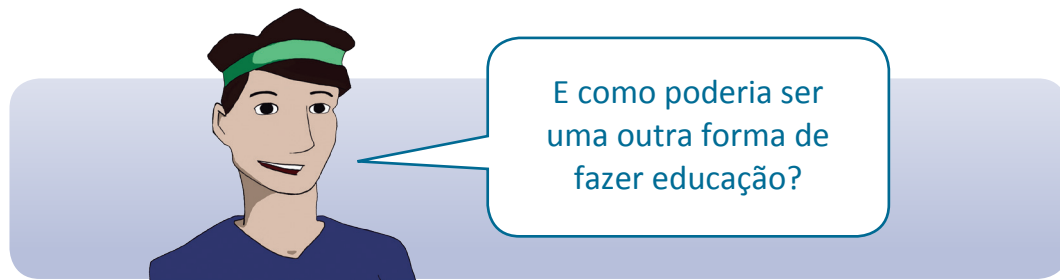
Nessa forma de educação, o educador se coloca como o “centro do saber” e idealiza uma concepção de como o conhecimento é resultado do “depósito” de ativos (educadores) para passivos (educandos) e quanto mais dóceis forem os educandos, mais conhecimento haverá.

Falta-lhes conhecimento histórico-sociológico sobre a realidade do próprio grupo: a descrença ou subestimação do outro – chamada por Paulo Freire de alienação da ignorância, segundo a qual a ignorância “se encontra sempre no outro, nunca em quem a aliena”. Parece então que o conhecimento é absoluto, estático e que o professor sabe e domina tudo. Mas, para ele, não deve ser assim, já que “(...) quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria. O homem, como ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (FREIRE, 1988, p. 31).



SAIBA MAIS

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), mais conhecido como Paulo Freire, foi um educador pernambucano que transformou a alfabetização num processo de conscientização, revolucionando a educação de jovens e adultos e a teoria educacional de forma geral. Com vários livros, publicados em diversos idiomas e diversas homenagens, constitui leitura fundamental para o estudo da educação popular. Para saber mais, acesse o site <<http://www.paulofreire.org/>>.



“Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a educar-se)” (FREIRE, 1979, p. 33-34).

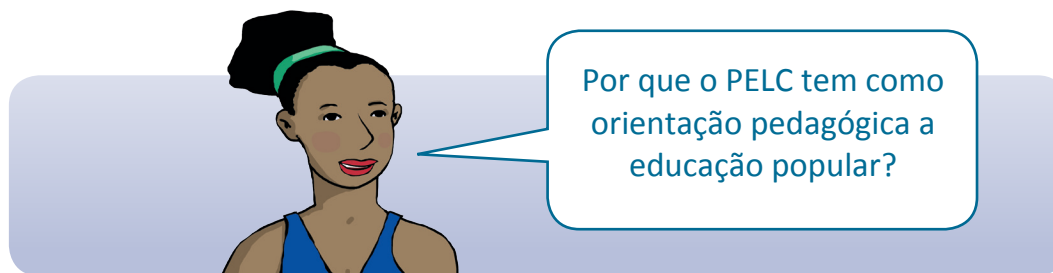
Com base nessa perspectiva, Paulo Freire lançou os princípios da metodologia da educação popular, a qual ganhou atenção de todo o mundo a partir da experiência que ele teve em Angicos, no Rio Grande do Norte, com 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, no ano de 1963.



Figura 3 – Alfabetização

Para Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Com isso, ele se baseava no conhecimento já trazido por cada educando a partir de sua própria vida. Das conversas iniciais, as palavras geradoras que seriam trabalhadas iam sendo elencadas pelo educador para a alfabetização do grupo, num diálogo permanente entre educador e educando.

Ele nos explica que, da relação homem-mundo, vem a *doxa* – conhecimento captado, mas não desvelado nas suas inter-relações. Para modificar isso, seria preciso “admirar” a realidade, de forma a captá-la de maneira crítica, esclarecendo a relação homem-mundo (FREIRE, 1979).



O papel do educador, então, seria favorecer essa admiração para o desvelamento da realidade, sempre consciente de que é um processo dialógico, que envolve educador-educando de forma indissociável.

Com relação à reflexão anterior, poderíamos dizer que, para o PELC, o acesso ao lazer e ao esporte recreativo é uma ação educativa e, como tal, deve estar voltada para a transformação da realidade social.

A partir disso, o PELC aplica a concepção metodológica da educação popular, composta pelos seguintes momentos: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento.

O primeiro momento, o **estudo da realidade**, consiste em um espaço de reflexão entre o educador e o educando sobre a realidade em que estão inseridos, elencando temas e problemáticas. Aqui, a realidade deve ser delimitada pelo aspecto que se quer aprofundar. A partir dele, deve ser levantada qual a situação atual do fenômeno estudado, seus potenciais e problemáticas.

Com base nesse estudo, seguimos para o segundo momento, o de **organização do conhecimento**. Essa etapa é o momento de buscar outros conhecimentos sobre a realidade estudada, de forma que educador e educando possam aprofundar seu conhecimento sobre aquela determinada realidade, suas problemáticas e avanços, inclusive selecionando como contribuir para a superação dessas problemáticas.

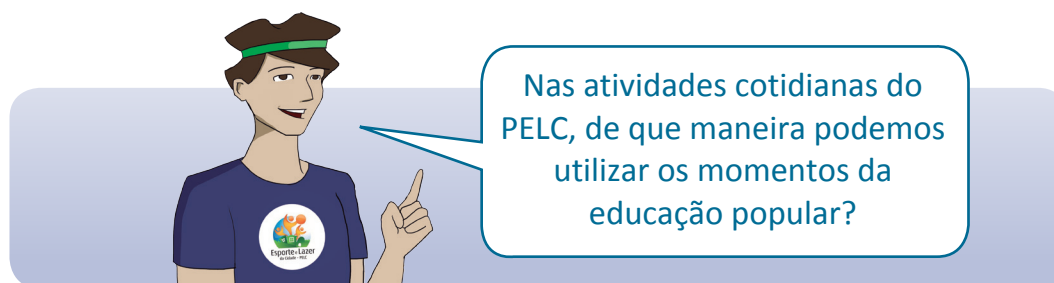
Após compreender a realidade e organizar o conhecimento existente sobre ela, vamos para o terceiro momento, o de **aplicação do conhecimento**. É nele que o conhecimento aprendido deverá mostrar sua utilidade e relevância para contribuir com a superação dos problemas identificados e compor um novo cenário que será acessado quando for retomado o estudo da realidade.

Como podemos aplicar esses três momentos nas ações educativas do PELC? Vamos utilizar o exemplo da **implantação do PELC**.

O PELC foi acessado pela prefeitura do seu município ou pela instituição federal. Depois dos procedimentos burocráticos necessários (documentação, repasse de recursos, compra de materiais, contratação de agentes, entre outros), é hora de implementá-lo. Tendo em vista a orientação do programa de trabalhar a partir da educação popular, podemos seguir os passos da seguinte maneira:

- estudar a realidade do esporte recreativo e do lazer no município. Inicialmente devemos fazer um levantamento de como está o esporte recreativo e o lazer no município:

- existem programas voltados para o esporte recreativo e para o lazer?
 - existem espaços disponíveis para atividades de esporte recreativo e de lazer?
 - existem grupos organizados para práticas de esporte recreativo e de lazer?
 - quem participa dessas práticas? Quem não participa? Por quê?
 - essas atividades são pagas ou gratuitas?
 - quais os problemas relacionados ao acesso e prática do esporte recreativo e de lazer?
- após a constatação da realidade do esporte e lazer no município, é importante agora estudar sobre o esporte recreativo e o lazer, sobre o PELC e sobre outras experiências que possam ajudar a planejar a implantação desse programa. Isso pode ser feito por meio de pesquisas na internet, livros, artigos disponibilizados no site do Ministério do Esporte, entre outros;
 - diante do aprofundamento sobre o esporte recreativo, o lazer e o PELC, é hora de aplicar o conhecimento. Considerando as problemáticas levantadas no primeiro momento sobre o esporte recreativo e o lazer, junto com o conhecimento acumulado sobre esses temas e o próprio PELC, devemos planejar a implantação do PELC. Isso pode ser feito com a construção de um cronograma de ações que prevejam: apresentação do PELC para os diversos grupos existentes e possíveis participantes; discussão sobre quais modalidades (já conhecidas e novas) devem ser oferecidas pelo PELC para atender a realidade local; construção da grade horária de atividades contemplando os vários turnos e a possibilidade de acesso aos diversos segmentos: homens/mulheres, crianças/jovens/adultos/idosos, portadores de deficiência, indígenas, quilombolas, comunidades rurais, entre outros – a questão dos segmentos estará diretamente relacionada a que tipo de PELC a entidade está implementando e à diversidade da população do local.



Vamos tomar o exemplo da dança. O primeiro passo é realizar o estudo da realidade da dança naquele contexto. O que os participantes do PELC naquele município sabem sobre a dança? O que é a dança para eles: uma forma de trabalho, uma forma de lazer, um esporte? Eles conhecem a história da dança? Seus tipos? Seus passos? A dança é acessada por todos ou só por determinados segmentos (as mulheres e os homens dançam, ou só os homens)?

Nesse primeiro momento, teremos o conhecimento da realidade sobre a dança no município e também sobre os interesses dos participantes acerca da dança. Digamos que aqui o agente social/educador, junto com o grupo, chegou à conclusão que só as mulheres têm acesso à dança no município.

O grupo seguirá para o próximo passo, o de organização do conhecimento, buscando estudar como a dança se relaciona, nesse caso, com a questão de **gênero**. Podem elencar várias danças para praticar e debater, em cada uma delas, qual o papel dos homens e das mulheres naquela dança e como isso se relaciona com a relação entre homens e mulheres na sociedade de uma

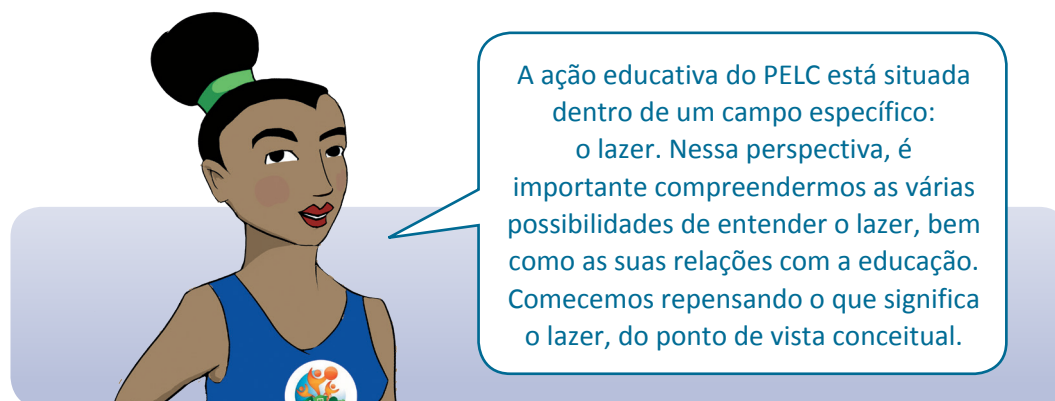
forma geral. Concomitantemente, podem realizar uma pesquisa na comunidade sobre por que os homens não têm o costume de dançar. Podem convidar um dançarino do sexo masculino para dar uma palestra sobre a relação do homem com a dança, por exemplo.

No terceiro momento, a partir da problemática identificada no estudo da realidade e do aprendizado acumulado, é hora de aplicar o que foi aprendido. Aqui cabem várias possibilidades: construir uma coreografia problematizando a relação de homens e mulheres na dança (exemplo: uma quadrilha com os papéis de homens e mulheres trocados) e apresentar para a comunidade; realizar um baile com danças locais mobilizando os homens para fazer parte. As ideias são muitas e devem ter relação com o que foi construído no processo de ensino-aprendizagem.

Como veremos a seguir, na próxima aula, no PELC, essas questões envolvem as relações entre o lazer e a educação. Você já pensou sobre isso?

AULA 13

O DUPLO ASPECTO EDUCATIVO DO LAZER



Alguns autores reconhecem que o lazer é uma prática social complexa e, nessa perspectiva, o concebem como um campo de práticas culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas. Essa compreensão possibilita diferentes olhares, enfoques e áreas do conhecimento, mas parte do pressuposto de que o debate conceitual sobre o lazer precisa ser, antes de tudo, um debate político e social, evitando cair em abstrações (GOMES, 2014).

É necessário reconhecer que, apesar de serem pouco conhecidos, diferentes modos de vida continuam acontecendo nos dias atuais. Como exemplo, Gomes (2014) destaca as coletividades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, entre várias outras. O reconhecimento dessa diversidade apresenta substanciais desafios para aqueles que buscam problematizar o lazer em diferentes realidades e perspectivas, visando garantir esse direito social a amplas camadas da população brasileira. Desafios como esses também vêm mobilizando o PELC, que, a partir de 2012, passou a trabalhar com diferentes tipos de núcleos:

- **PELC Todas as Idades** (ou PELC Urbano): busca democratizar o lazer para toda a população, com uma preocupação de garantir e integrar os participantes, independentemente da idade;
- **PELC para Povos e Comunidades Tradicionais**: busca atender aqueles grupos que culturalmente se destacam por uma identidade própria como povo, com tradições, ritos e formas de organização específicas;
- **Programa Vida Saudável**: busca atender de forma específica uma demanda crescente por atividades de esporte recreativo e de lazer por parte das pessoas a partir dos 60 anos (depois de 2013 o Vida Saudável se torna um programa independente do PELC).

Todas essas ações surgem da necessidade de pensar o lazer como uma prática sociocultural que precisa ser garantida a partir de uma ação educativa.



SAIBA MAIS

Leia o artigo “Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura” (GOMES, 2014), o qual apresenta a problematização teórico-conceitual sobre o lazer.

A preocupação em associar lazer e educação não é recente no Brasil. No entanto, foi na segunda metade do século 20, principalmente a partir da década de 1970, que ela se acentuou, justamente num contexto marcado pela ênfase na consolidação do capitalismo industrial, em nosso país, que demandava a formação de trabalhadores laboriosos e produtivos. A articulação do lazer e da educação tornava-se fundamental nesse contexto, tendo em vista difundir valores que confrontassem a ociosidade, a indolência e a preguiça.

Um dos autores com produção destacada sobre a temática do lazer, naquela época, foi o sociólogo Renato Requixa (1980). Em uma de suas publicações, o autor tratou de salientar o duplo aspecto educativo do lazer, que estaria pautado em duas premissas: 1) o lazer como veículo da educação, ou seja, a “educação pelo lazer”; e 2) o lazer como objeto da educação, isto é, a “educação para o lazer”.

Desde então, é comum identificar nas publicações e nos debates sobre a temática do lazer a junção desses dois aspectos complementares e presentes em distintos contextos educativos, e não somente na escola. Assim, geralmente difunde-se a expressão “educação para e pelo lazer” como uma estratégia para evidenciar que, de um lado, as pessoas são educadas por meio de diferentes vivências de lazer – mesmo quando elas não se dão conta disso. Por outro lado, é preciso educá-las para o lazer, para que se tornem mais seletivas e mais críticas quanto aos limites e às possibilidades da concretização desse fenômeno para as pessoas que o vivenciam em cada contexto sociocultural.

Esse duplo aspecto educativo do lazer subsidia as principais ferramentas de organização do trabalho pedagógico do PELC.

AULA 14

AS FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO PELC



Como vimos no começo desta unidade, as ações educativas do PELC são desenvolvidas a partir de duas iniciativas principais: a implantação e o desenvolvimento dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e a formação continuada.

De acordo com as diretrizes do PELC, os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer são “espaços de convivência social, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas” (MINISTÉRIO DOS ESPORTES, 2014).

Assim, os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer são simultaneamente:

- **o espaço de referência na comunidade** onde está sendo implantado o PELC. É lá para onde as pessoas poderão se dirigir para perguntar sobre o PELC, para se inscrever e/ou conhecer as atividades desenvolvidas. Esse núcleo pode ter até dois subnúcleos, caso seja importante ter mais dois espaços de referência em uma determinada comunidade;
- **os locais onde são desenvolvidas as atividades**, que podem ser diversos: praças, quadras, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol e clubes sociais são alguns exemplos.

Muitas vezes, quando pensamos em um local de referência, nos lembramos daqueles espaços que já são referência na comunidade por ter vários projetos. Às vezes, eles não têm nem horários disponíveis para mais um projeto a ser realizado. Diante disso, o ponto de referência deve ser pensado como um espaço potencial, que a própria chegada do PELC pode levar a comunidade a ocupar o local e a colocá-lo em maior evidência. Essa é uma das preocupações do PELC: promover a reflexão sobre os espaços e equipamentos do município.

Para concretizarmos o direito ao lazer e ao esporte recreativo, é preciso ter acesso a espaços adequados. Muitas cidades sofrem com a ausência ou inadequação de locais que possibilitem realizar essas atividades. Nos centros urbanos e rurais, há o problema da falta de espaços livres e infraestrutura.



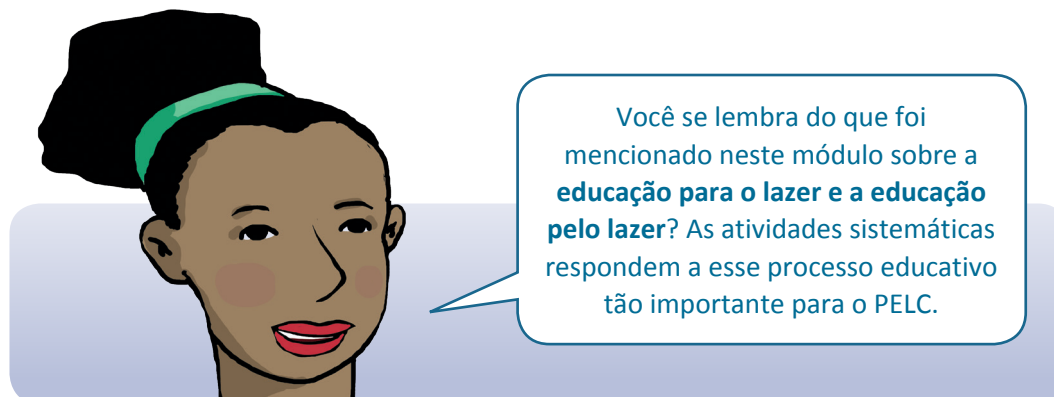
Figura 4 – Futebol de várzea

Em ambos os casos, o lazer e o esporte recreativo ainda estão se consolidando como políticas públicas, sendo uma importante dimensão da vida a ser garantida pelo poder público.

Como foi tratado anteriormente, o núcleo se configura em uma ferramenta pedagógica essencial do PELC que delimita um território de atuação da política pública, a partir da qual se busca garantir o acesso e a democratização do lazer e do esporte recreativo, além de monitorar se isso está sendo efetivamente realizado.

É dentro do núcleo que as atividades do PELC acontecem. Cada núcleo terá uma grade horária que indica a programação de atividades semanais a serem realizadas. Isso porque as atividades desenvolvidas no PELC acontecem constantemente, de forma programada, ou seja, sistemática. Essa é uma importante ferramenta pedagógica quando pensamos na educação pelo e para o lazer no PELC: as atividades sistemáticas.

AS ATIVIDADES SISTEMÁTICAS



Você se lembra do que foi mencionado neste módulo sobre **educação para o lazer e a educação pelo lazer**? As atividades sistemáticas respondem a esse processo educativo tão importante para o PELC.

Como vimos na Unidade 1, o PELC busca garantir o direito ao esporte recreativo e ao lazer dos cidadãos brasileiros. Mas será que todos sabem que têm esse direito? Possivelmente não, já que não foram comunicados a esse respeito antes. Por causa disso, é preciso criar momentos de ensino-aprendizagem que permitam às pessoas conhecer esse direito e se apropriar dele de forma qualitativa. Isso significa dizer que, além de ter consciência desses direitos, precisamos conhecer as possibilidades que esses direitos trazem para usufruí-los com qualidade. Nesse sentido, vamos nos educar para o lazer.

E como vamos fazer isso? Reunindo-nos periodicamente para vivenciar, aprender, praticar, recriar e produzir bens da cultura corporal e lúdica. Esse é o objetivo das atividades sistemáticas, como está indicado nas diretrizes do PELC, ao postular o seguinte:

As atividades sistemáticas, realizadas nos núcleos, devem contemplar os interesses da cultura corporal e lúdica, sendo organizadas na forma de oficinas, com frequência mínima semanal, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses da comunidade. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014, p. 8).

Por meio dessas atividades periódicas, sistemáticas, o PELC mantém uma programação de lazer na cidade em que as pessoas podem:

- vivenciar e valorizar aquelas práticas que já conhecem e gostam;
- conhecer novas práticas, suas histórias, suas técnicas;
- criar, a partir desse conhecimento, novas práticas, relacionando os vários saberes e produzindo cultura.

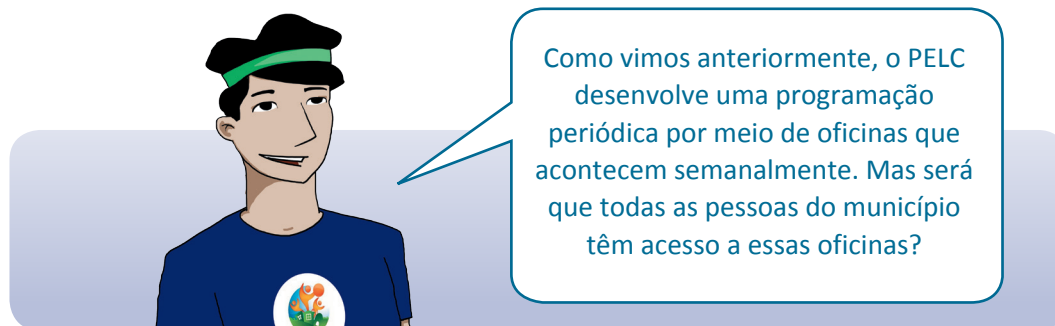
Essas atividades sistemáticas são materializadas por meio de oficinas que acontecem em diferentes dias da semana e turnos (manhã, tarde, noite). Cada oficina é orientada por um agente social de esporte e lazer que é o responsável por planejar, executar e organizar as atividades com

o grupo. Assim, cada oficina cria grupos de convivência na cidade para educar-se coletivamente **pelo e para o lazer**, grupos esses que se interligam a partir do Núcleo de Esporte Recreativo e de Lazer.

Porém, a programação de lazer dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do PELC não se restringe às práticas sistemáticas, pois o PELC também realiza atividades assistemáticas.

Mas o que são essas práticas assistemáticas e por que elas existem no PELC? Esse assunto será tratado na próxima aula.

AS ATIVIDADES ASSISTEMÁTICAS



Possivelmente não, por vários motivos: não se dispõem de tempo livre durante a semana para realizar as atividades sistemáticas; a quantidade de oficinas não é suficiente para atender toda a população; ou, simplesmente, não têm interesse. Para essas pessoas, é possível acessar eventos de esporte recreativo e de lazer que são realizados com uma periodicidade diferenciada: mensalmente, trimestralmente e semestralmente.

Esses eventos são as atividades assistemáticas do PELC e têm como objetivos:

- socializar os conhecimentos aprendidos e produzidos durante as oficinas;
- integrar os diversos grupos de convivência;
- fortalecer a cultura local.

Como está especificado nas diretrizes do PELC:

Os eventos favorecem o diálogo entre as experiências vividas fortalecendo os laços de cooperação, solidariedade e a capacidade de construir coletivamente um patrimônio comum. Eles devem ser compreendidos como parte integrante da execução do Programa, organizados de forma coletiva envolvendo a comunidade como um todo, nos diversos momentos do processo. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014, p. 10).

No PELC, as atividades assistemáticas são de três tipos:

1. Evento do Núcleo: realizado mensalmente com seus participantes;
2. Evento Social: realizado trimestralmente com participantes e voltado para a socialização da produção das oficinas;
3. Evento do Programa: realizado semestralmente, com participação de todos os núcleos e participantes do PELC.

Em todos os eventos podemos ter a participação da comunidade local e de familiares. Além disso, eles devem dialogar com a dinâmica da própria cidade, suas festividades, datas comemorativas, entre outros.

Junto com essas ferramentas de organização do trabalho pedagógico (os núcleos, as atividades sistemáticas e as atividades assistemáticas), o PELC possui ainda mais dois recursos que promovem, além da democratização do lazer, a qualificação permanente dos agentes envolvidos por meio de uma formação continuada: a formação modular e a formação em serviço.

FORMAÇÃO MODULAR

Para colocar em prática seus princípios teórico-metodológicos, o PELC estruturou um programa de formação modular que busca garantir aos trabalhadores e participantes acompanhamento durante todo o convênio.

Essa formação passou a ser realizada, desde 2010, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que organiza as formações junto às entidades e possui formadores com experiência em políticas públicas de esporte e lazer em todo o Brasil. Todos os módulos são estruturados e realizados junto com os formadores selecionados pela UFMG.

Em 2014, o Sistema de Formação do PELC, desenvolvido pelo Ministério do Esporte em parceria com a UFMG, passou a ter a seguinte estrutura:

- **Módulo Introdutório I:** acontece ainda no período de estruturação do convênio e tem como objetivo apresentar e estruturar o PELC junto com a cidade que irá recebê-lo;
- **Módulo Introdutório II:** acontece no segundo mês de execução do programa; tem como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre as políticas de esporte e lazer e, mais especificamente, sobre o arcabouço da proposta do PELC; neste módulo há um diálogo intenso com o trabalho já iniciado, colaborando para o aperfeiçoamento das ações;
- **Módulo de Avaliação I:** é realizado no 10º mês de execução e, como o nome já diz, tem como objetivo avaliar o andamento do convênio sob seus vários aspectos: administrativo, político e pedagógico; assim, com a orientação do formador, são realizadas apresentações do que já foi feito até o momento e debatidas as metas a serem alcançadas;
- **Módulo de Avaliação II:** é realizado no 20º mês de execução, pouco tempo antes da finalização do convênio; tem como objetivo, semelhante ao primeiro módulo, a avaliação do que foi desenvolvido e das metas alcançadas. Além disso, se propõe a fomentar alternativas de continuidade do programa, independente dos recursos do Ministério do Esporte.

Durante os módulos são abordados os diversos temas necessários ao bom desenvolvimento e estruturação do PELC. A participação de toda a equipe envolvida é fundamental para uma execução bem-sucedida.

Além dos módulos de formação realizados junto com os formadores, está prevista também uma formação sob a responsabilidade da própria entidade conveniente: a formação em serviço.

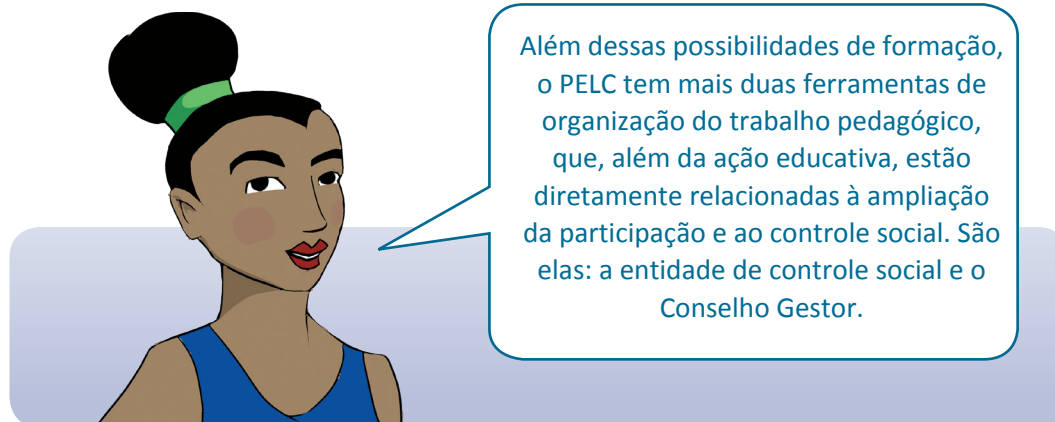
AULA 18

FORMAÇÃO EM SERVIÇO

Para a materialização do PELC, são fundamentais o diálogo, o planejamento e a avaliação permanentes. Por isso, a rotina do programa prevê a realização de **reuniões semanais** dos agentes do PELC para organização das atividades e aprofundamento das temáticas necessárias, a fim de realizar as ações com base nos pressupostos teórico-metodológicos que vimos até aqui.

Assim, mesmo que a educação popular – que já vimos aqui neste módulo – e as diretrizes pedagógicas – que veremos na próxima unidade – sejam trabalhadas durante os módulos de formação, faz-se necessário aprofundar este tema em momentos de estudo organizados pela própria equipe. Além disso, os encontros semanais podem ser utilizados para troca de experiência entre os núcleos, com entidades parceiras e outras políticas locais, desde que visem fortalecer ainda mais as ações do PELC, principalmente no que diz respeito a sua ação educativa.

Cabe ressaltar que na formação em serviço também são bem-vindas palestras, visitas a espaços culturais da cidade e debates de filmes, visando garantir a educação **pelo e para** o lazer dos agentes sociais.



AULA 19

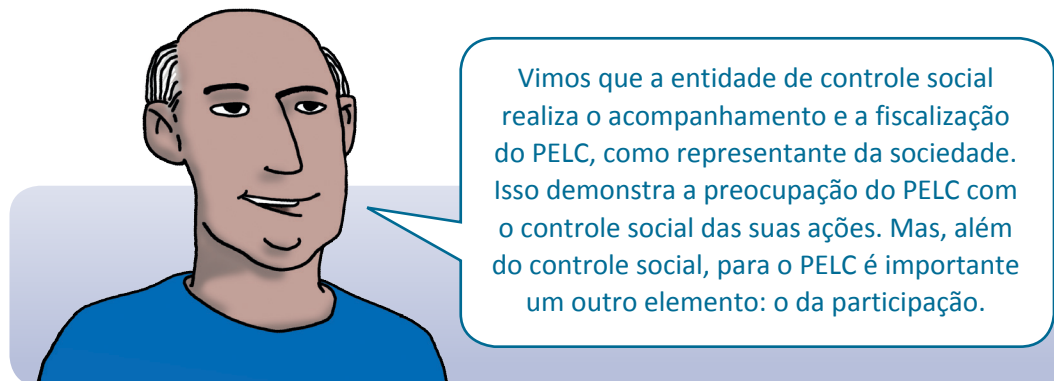
A ENTIDADE DE CONTROLE SOCIAL

Quando o governo municipal ou estadual faz o convênio com o Ministério dos Esportes para implementação do PELC na sua cidade ou estado, ele precisa já indicar uma entidade de controle social. Essa entidade pode ser um conselho existente no município (Conselho de Esportes, Conselho de Assistência Social, Conselho de Educação etc.) ou uma associação legalmente constituída.

Essa entidade tem por missão fazer o acompanhamento e a fiscalização das ações do PELC no município. Como o PELC é fruto de um convênio, que envolve recursos públicos, é importante termos a representação da sociedade para acompanhar a aplicação desses recursos. Assim, a entidade de controle social deve estar presente desde o planejamento do projeto pedagógico até a prestação de contas do PELC, como uma forma de retratar a comunidade e seus interesses.

A entidade de controle social elege um representante oficial para fazer o acompanhamento do convênio do PELC e deve participar ativamente de uma outra ferramenta de organização do trabalho pedagógico do PELC: o Conselho Gestor.

O CONSELHO GESTOR



Quando falamos em participação, podemos pensar em diferentes possibilidades, desde uma opinião até o envolvimento em uma determinada atividade.

O pesquisador Danilo Gandin (2001) aponta para a existência de três níveis de participação:

1. **colaboração**, em que as pessoas são chamadas a colaborar com seu trabalho ou com seu apoio a uma ação em andamento; poderia ser considerado um nível de participação secundária, já que aqui não há possibilidade de interferência nos espaços de decisão;
2. **decisão**, em que as pessoas são chamadas a decidir por alternativas previamente indicadas; um exemplo disso são as votações;
3. **construção em conjunto**, em que, mais do que colaborar ou votar, as pessoas são envolvidas em todo o processo de forma a construírem conjuntamente uma ação ou um produto.

Esses níveis de participação podem nos mostrar diferentes perspectivas para a ação das políticas públicas e sociais que falamos na primeira unidade. Os programas e projetos podem escolher por se realizarem a partir de uma perspectiva apenas de colaboração da população ou dispor de mecanismos para que a população construa conjuntamente as próprias soluções para suas problemáticas.

No caso do PELC, como uma política de esporte recreativo e de lazer, a opção pela democratização deve-se pela construção com a população das soluções e do compartilhamento dos espaços de decisão. Assim, a participação está diretamente relacionada a sua missão de democratizar o lazer. Só é possível democratizar o lazer com participação e envolvimento efetivo das pessoas, além do compromisso com o seu próprio lazer e o de toda a comunidade. Nesse sentido, as ações do PELC não podem partir de uma perspectiva de realização de ações **sobre** as pessoas ou **para** as pessoas, mas **com** as pessoas, sendo fundamental a mobilização dos sujeitos para a participação não só nos momentos de execução do PELC, mas também nos de planejamento e avaliação.

Para isso, existe o Conselho Gestor, instância que propõe reunir periodicamente os representantes dos diferentes grupos e instâncias que fazem parte do PELC para realizar um PELC que seja efetivamente a cara de seus participantes e da cidade onde está localizado.

Como está indicado nas diretrizes do PELC, o Conselho Gestor deve ser composto por:

- representante dos beneficiados em cada núcleo;
- representantes das entidades parceiras;
- representante da entidade de controle social;
- agentes sociais;
- coordenador, coordenador pedagógico e coordenadores de núcleo;
- representante da entidade convenente.

Esse conselho deve ser criado um mês após o início das atividades e deve definir sua periodicidade de encontro (mensal, bimensal) de acordo com a realidade local. É importante que os encontros sejam registrados em atas e com fotos. Nas reuniões do conselho devem-se discutir as diversas ações do PELC, planejando-as e avaliando-as coletivamente.

Um das ações fundamentais do PELC é o planejamento. O ato de planejar nos faz perceber onde estamos e nos ajuda a traçar onde queremos chegar. Como vimos na metodologia da educação popular e nas ferramentas de organização do trabalho pedagógico, a ação educativa do PELC não pode ser realizada sem reconhecer (e valorizar), de fato, a realidade dos participantes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, assim como, também, o planejamento não pode se distanciar da realidade daqueles que estão envolvidos nessa atividade. Dessa forma, o ato de planejar não pode ser visto apenas como uma ação mecânica, pois ele carrega os princípios, as diretrizes e os objetivos que orientam a nossa ação e deve ser realizado **com** as pessoas, de forma participativa.



SAIBA MAIS

Leia o texto “A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade” (GANDIN, 2001), no qual o planejamento participativo é apresentado como uma escola diferenciada dentro das possíveis alternativas na área do planejamento.

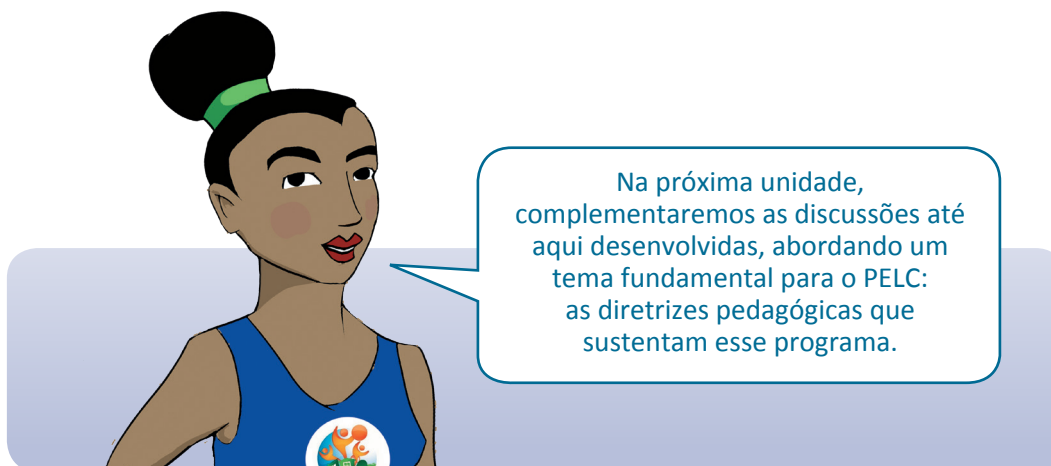
ENCERRAMENTO DA UNIDADE 2



SÍNTESE

Alguns dos principais temas discutidos nesta segunda unidade foram:

- o PELC foi criado com a finalidade de garantir o acesso a práticas e conhecimentos sobre lazer e esporte recreativo, por meio de ações educativas a partir de duas iniciativas: implantação dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e também a formação continuada;
- o PELC tem como orientação teórico-metodológica a educação popular, uma concepção de educação que une dois elementos: a conscientização e a organização popular, que tem Paulo Freire como um dos educadores de referência; metodologicamente, a educação popular é constituída de três momentos: estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento;
- a partir da opção teórico-metodológica da educação popular, o PELC articula o lazer com a educação, destacando o duplo aspecto educativo do lazer: a educação **pelo e para** o lazer;
- o PELC possui algumas ferramentas de organização do trabalho pedagógico:
 - **os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer:** ao mesmo tempo, o local de realização das atividades e o espaço de referência do PELC na comunidade;
 - **atividades sistemáticas:** oficinas conduzidas pelos agentes sociais que mantêm uma programação permanente de lazer na cidade, possibilitando vivenciar e valorizar as práticas já conhecidas e apreciadas; conhecer novas práticas, suas histórias, suas técnicas; a partir desse conhecimento, criar novas práticas, relacionando os vários saberes e produzindo cultura.
 - **atividades assistemáticas:** eventos periódicos em que são socializados com a comunidade os conhecimentos aprendidos e que podem ser:
 - do Núcleo: realizado mensalmente com seus participantes;
 - Social: realizado trimestralmente com participantes e voltado para a socialização da produção das oficinas;
 - do Programa: realizado semestralmente, com participação de todos os núcleos e participantes do PELC.
 - **formação continuada:** promove a qualificação permanente dos agentes sociais que atuam no PELC, por meio da formação modular (módulos formativos desenvolvidos por formadores externos indicados pelo Ministério do Esporte em parceria com a UFMG) e da formação em serviço (reuniões permanentes de estudo, aprofundamento de temas e organização das atividades);
 - **entidade de controle social:** entidade legalmente constituída que é previamente indicada e tem como missão fazer o acompanhamento e a fiscalização das ações do PELC no município;
 - **Conselho Gestor:** instância que reúne os diferentes segmentos participantes do PELC com o objetivo de construir coletivamente soluções e de compartilhar os espaços de decisão, contribuindo para a ampliação da participação popular.
- o planejamento é um elemento fundamental do PELC que deve sempre estar presente.



ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Quais os espaços e equipamentos de esporte e lazer da sua comunidade? Eles são adequados? Eles são voltados para que atividades? Homens, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, todos têm acesso a esses locais? Faça uma pesquisa diagnóstica e redija um texto procurando problematizar a questão dos espaços e equipamentos de esporte e lazer em seu contexto local.

Comentário da atividade

Os espaços e equipamentos de esporte e lazer são aqueles em que se desenvolvem as práticas culturais vivenciadas no tempo livre. Os espaços dizem respeito ao local do ponto de vista mais amplo, como uma praça ou um ginásio. Já o equipamento se refere ao local específico, tal como a quadra poliesportiva, que fica dentro do ginásio ou da praça.

No Brasil, historicamente, esses espaços e equipamentos tiveram uma trajetória de pouca valorização nas políticas públicas, passando por alguns problemas como:

1. sendo cedidos para construção de equipamentos relacionados a outros direitos (exemplo: os campos de futebol de várzea sumiram da paisagem da grande maioria das cidades, dando espaço a conjuntos habitacionais, escolas, postos de saúde, entre outros);
2. sendo privatizados por clubes, associações ou lideranças comunitárias (exemplo: em algumas cidades, houve a apropriação do espaço por grupos que cobram por seu uso, mesmo sendo público);
3. falta de manutenção e requalificação;
4. falta de programação sistemática e assistemática (muitas cidades ainda não possuem projetos como o PELC que garante programação orientada para a maioria da população);
5. centralização e número insuficiente para atender a demanda da população (geralmente os espaços não são suficientes para a demanda da população e muitos se localizam em bairros específicos que não incluem a maioria da população);
6. espaços e equipamentos que não atendem a diversidade da população – grande parte dos espaços conta com equipamentos voltados apenas para poucos segmentos e práticas: jovens e homens que praticam o futebol (e suas diversas modalidades), deixando outros segmentos de lado, como mulheres, crianças e idosos, seja pela falta de adequação dos espaços (acessibilidade), seja pela dificuldade de acessar determinadas práticas (como o futebol para as mulheres) ou ainda pela restrição dos espaços (só possuem campo de futebol, por exemplo, não tendo espaço coberto para realização de atividades de jogos, ginástica etc.).

No entanto, nos últimos anos diversos projetos do governo federal vêm sendo desenvolvidos no sentido de construir, requalificar e ampliar a diversidade dos espaços e equipamentos de esporte e lazer nos diversos municípios brasileiros.

Esta atividade proposta pelo curso convida você a fazer uma reflexão sobre a situação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer da sua comunidade, indagando sobre suas condições atuais, suas problemáticas e necessidades.

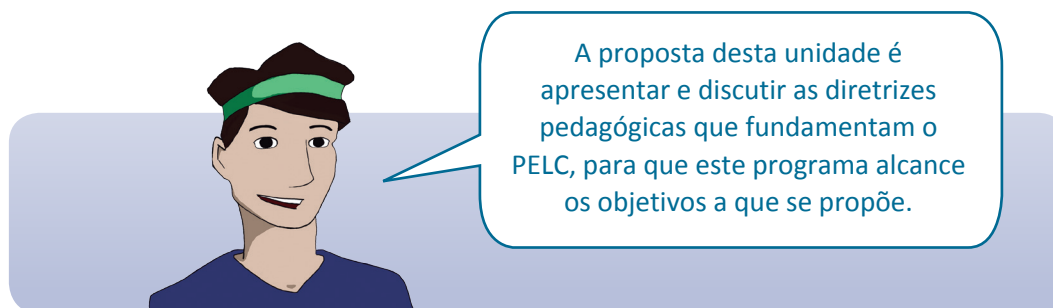
Unidade

3

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO PELC

Na primeira unidade você conheceu o PELC, entendeu que ele é uma política pública fruto de uma história das ações de esporte e lazer em âmbito federal e que faz uma opção voltada para a transformação da realidade. A partir daí, na segunda unidade, você viu que o PELC tem como orientação teórico-metodológica a educação popular e se propõe a realizar uma ação educativa **pelo e para** o lazer. Depois disso, conheceu as principais ferramentas de organização do trabalho pedagógico do PELC: as atividades sistemáticas, as atividades assistemáticas, as formações (modular e continuada), a entidade de controle social e o Conselho Gestor.

Nesta terceira e última unidade do módulo, vamos conhecer as diretrizes pedagógicas que garantem o horizonte da ação do PELC. São elas: o trabalho coletivo, a auto-organização comunitária, a intergeracionalidade, o respeito à diversidade, o fomento e a difusão da cultura local, a intersetorialidade e a municipalização.



A proposta desta unidade é apresentar e discutir as diretrizes pedagógicas que fundamentam o PELC, para que este programa alcance os objetivos a que se propõe.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO PELC

A partir da educação popular como orientação pedagógica, o PELC desenvolveu algumas diretrizes para atingir seus objetivos. São elas:

- trabalho coletivo;
- auto-organização comunitária;
- intergeracionalidade;
- fomento e difusão da cultura local;
- respeito à diversidade;
- intersetorialidade;
- municipalização.

Mas o que são diretrizes? Qual o papel dessas diretrizes?

Diretrizes são guias, rumos, que traçamos diante do caminho escolhido. Elas têm por finalidade orientar todos os momentos da ação educativa para garantir o alcance dos objetivos a partir da perspectiva teórico-metodológica escolhida.

Vamos conhecer cada diretriz pedagógica, como elas orientam as atividades do PELC e alguns exemplos.

TRABALHO COLETIVO

O trabalho coletivo pressupõe a existência de um grupo.

Os grupos que se reúnem sistematicamente para estudar a realidade, organizar e aplicar o conhecimento sobre determinada temática precisam ser orientados para a realização de ações coletivas.

Pensar o trabalho coletivo significa pensar na divisão de tarefas para realização de determinado fim; no caso do PELC, a ação educativa. Porém, a divisão de tarefas não define o trabalho coletivo, pois ele não é a soma das tarefas realizadas. O trabalho coletivo consiste em realizar uma parte com base na compreensão do todo e assim poder intervir nesse todo. Além disso, como afirmava Paulo Freire, a ação educativa pressupõe sempre o diálogo e a relação com o outro: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

O trabalho coletivo se coloca como uma diretriz do PELC a partir de duas premissas:

1. a implementação dos núcleos que geram a construção de grupos de convivência social de esporte recreativo e de lazer, os quais, a partir do estudo da realidade, definem problemáticas e ações que serão discutidas e realizadas pelo próprio grupo no sentido de buscar contribuir para a transformação da realidade;
2. o exercício sistemático de trabalhar em grupo, facilitado por dinâmicas e atividades que promovam o conhecimento sobre o desafio da vivência em sociedade, contribuindo para que cada participante materialize sua cidadania a partir do esporte recreativo e do lazer.

Na prática, o trabalho coletivo no PELC está diretamente relacionado à realização de uma política pública que preza pela participação social. Mas como poderíamos pensar o trabalho coletivo no PELC?

Um bom exemplo é a construção, a execução e a avaliação de um evento de forma participativa. Ela pressupõe que o grupo participe de todo o processo do evento, da escolha do tema, da divisão de tarefas, até a avaliação final. O trabalho coletivo, assim, é uma condição para outra diretriz: a auto-organização comunitária.



Figura 5 – Exemplo de grupos que realizam um trabalho coletivo

AUTO-ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Quando falamos em auto-organização comunitária, estamos falando de uma diretriz que considera que todos os participantes da ação educativa são corresponsáveis e têm como meta a autonomia do grupo. Assim, mais do que promover as atividades, os agentes sociais têm como rumo a busca de desafios a serem solucionados coletivamente pelos grupos a partir de sua auto-organização.

A dimensão comunitária, aqui, reconhece a relação do grupo com um território específico que indica a existência de características e problemas específicos, do qual devem emergir os pontos de partida para a auto-organização.

Percebe-se, então, como a auto-organização comunitária está diretamente atrelada ao trabalho coletivo, diretriz que trabalhamos anteriormente. Isso porque ele é um elemento necessário para alcançar a auto-organização comunitária.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas no PELC devem se voltar para organização de grupos, a partir de suas afinidades com atividades lúdicas, de esporte recreativo e de lazer. Esses grupos debatem e discutem coletivamente suas metas e, assim, buscam alcançá-las com a participação do agente social.

Nesse processo, o agente social tem um papel fundamental. Ele é responsável pela formação do grupo e pelo seu reconhecimento dentro da comunidade. Junto com o grupo, ele detecta os problemas da realidade social e traça estratégias para a busca da superação desses problemas.

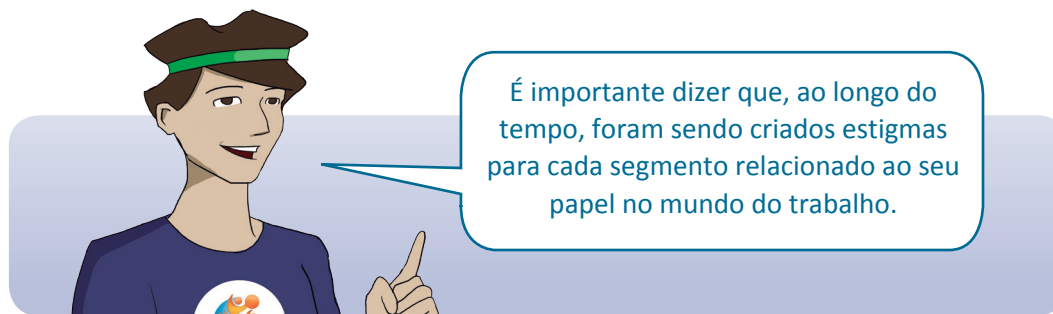
O que seria um exemplo de problema dentro do PELC?

Um dos problemas que várias cidades enfrentam está relacionado aos espaços e equipamentos de esporte e lazer. Alguns governos não se preocupam com esses espaços e muitas vezes não realizam sua manutenção. Assim, o grupo poderia se organizar para buscar melhorias para uma praça que está abandonada. Algumas ações que seriam possíveis são:

- fazer um mutirão para limpeza e melhoria do local com os participantes do grupo e da comunidade;
- organizar um evento de esporte e lazer, chamando a atenção dos gestores públicos para o espaço e reivindicando as melhorias necessárias.

INTERGERACIONALIDADE

A diretriz da intergeracionalidade está diretamente relacionada ao reconhecimento da importância de todos os segmentos etários para a transformação social. Ela afirma a preocupação do PELC com as especificidades de cada segmento (suas preferências, como no caso das crianças, que geralmente preferem as brincadeiras; suas possibilidades, como o idoso, que pode praticar esportes com algumas adaptações) e ao mesmo tempo com a necessidade de integrar esses diferentes grupos para uma convivência social democrática.



É importante dizer que, ao longo do tempo, foram sendo criados estigmas para cada segmento relacionado ao seu papel no mundo do trabalho.

As crianças e jovens devem ser, a todo o momento, preparados para o futuro da sociedade. O adulto tem que ser ativo e pleno de responsabilidades (que muitas vezes anulam ou restringem os seus momentos de lazer). Os idosos são aqueles que já deram sua contribuição e devem aguardar a morte. Todos esses são estereótipos que precisam ser grandemente combatidos e superados pelos grupos do PELC: “(...) é preciso que se perceba que os jovens, particularmente, não se preparam para a vida, eles já vivem uma vida verdadeira. Portanto, a auto-organização para eles deve ser um trabalho sério, compreendendo obrigações e responsabilidades sérias” (Pistrak, 1981 *apud* SILVA; SILVA, 2004, p. 39).

Então, é preciso nunca se perder de vista que “as crianças não se preparam para tornar membros da sociedade, mas já o são, tendo seus problemas, interesses, objetivos, ideias, estando já ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade” (SILVA; SILVA, 2004, p. 39).

Da mesma forma que o idoso, estando ou não integrado ao mundo do trabalho, é um membro da sociedade, com suas características, opiniões, problemáticas e responsabilidades específicas.

A intergeracionalidade, então, se integra com o trabalho coletivo e a auto-organização, na medida em que se preocupa com a forma como cada grupo etário é importante para o processo de construção da sociedade como um todo.

Dessa forma, o princípio da intergeracionalidade expressa a necessidade de superação da segmentação entre as gerações (etárias), colocando a necessidade da construção de procedimentos e mecanismos que reestabeleçam a coexistência e a convivência entre sujeitos de diferentes faixas etárias, de maneira que seja garantida a preservação da memória cultural e política, fortalecida pelos vínculos sentimentais inerentes aos vínculos familiares. (SILVA; SILVA, 2004, p. 42).

A partir disso, fica para o PELC a necessidade de propiciar espaços que promovam o contato, a convivência e a troca de experiência entre as diferentes gerações. Isso pode se dar de algumas formas:

- nas atividades sistemáticas: caso exista uma modalidade que seja de interesse de mais de um segmento etário e seja possível adaptar e realizar as atividades sem colocar os participantes em risco, é possível ter grupos intergeracionais – exemplo: grupos de artesanato;
- nas atividades sistemáticas a partir de ações específicas: em momentos específicos podem ser combinadas integrações entre grupos de diferentes gerações, sempre atento ao respeito pelas especificidades de cada geração – exemplo: “aulão” de ginástica com os vários segmentos;
- nas atividades assistemáticas: os eventos são o espaço privilegiado da intergeracionalidade, pois necessariamente integram os vários grupos de cada núcleo. É preciso, então, estar atento para criar espaços de verdadeira integração, que extrapole o mero encontro por meio de atividades conjuntas – exemplo: dentro de um evento pode ser planejada uma oficina de jogos e brincadeiras em que os adultos e idosos relatem as brincadeiras e os jogos que realizavam na infância e os ensinem às crianças e aos jovens, vivenciando isso coletivamente.

FOMENTO E DIFUSÃO DA CULTURA LOCAL

Para abordar a questão do fomento e da difusão da cultura local enquanto uma diretriz do PELC, comecemos com as seguintes questões: você já assistiu a uma apresentação de Cavalo-Marinho? Conhece a história do Cavalo-Marinho?

Talvez você já tenha ouvido falar de Cavalo-Marinho, mas não conheça bem esse folguedo, porque ele é uma manifestação cultural característica de uma determinada região pernambucana, a Zona da Mata. Para conhecê-la de perto, não são necessários recursos financeiros, pois, por ser uma manifestação popular própria da cultura local, não se cobra ingresso para assisti-la.

Com o advento da globalização, entretanto, o Cavalo-Marinho começou a ser conhecido por mais pessoas a partir de sua divulgação nas redes sociais. Por outro lado, passou a ser esquecido e pouco valorizado pela própria comunidade local, em decorrência das novidades difundidas por diversos meios de comunicação de massa.

Mas você sabe o que é globalização?

A ideia de uma cultura global veio da possibilidade de termos acesso a mesma informação ou produto em todo o globo (ou seja, todo o planeta Terra). Com raras exceções, em todos os lugares podemos tomar Coca-Cola, um produto produzido por uma empresa multinacional dos Estados Unidos. Da mesma maneira, o Brasil, tão aclamado como país do futebol, recebeu essa modalidade, no século 19, trazida por imigrantes europeus (sabe-se que o futebol, como um esporte moderno, teve origem na Inglaterra). Poderíamos dar muitos outros exemplos. Como este próprio curso, que, graças à internet, pode ser desenvolvido e poderá ser acessado por gestores e agentes do PELC ao mesmo tempo, de qualquer localidade onde seja possível conectar-se à rede.



O avanço tecnológico, principalmente do setor de transportes e comunicação, fez com que pudéssemos quebrar a barreira dos estados e nações, dando espaço para integração econômica e cultural.

Se, de um lado, o processo de globalização apresenta um importante acesso a bens e produtos que não imaginávamos antes (como a Coca-Cola e o futebol; a possibilidade de conhecer a cultura da China ou da Índia, por exemplo), de outro, ela se baseia num elevado grau de homogeneização e padronização (HOBBSAWM, 2009). A necessidade de padronização para termos uma cultura global (lembramos que o refrigerante que consumimos aqui é o mesmo que os

noruegueses consomem; os sul-africanos seguem as mesmas regras que nós no futebol) se dá pelo fato de que, se não nos atentarmos, pode levar ao desaparecimento dos bens culturais de cada local.

Assim, o PELC tem como uma de suas orientações essenciais o fomento e a valorização da cultura local, daquilo que é próprio de cada lugar, que não vem necessariamente da TV, dos comerciais, de outros países, mas se construiu a partir das relações estabelecidas naquele território.



PARA REFLETIR

Quais as danças, jogos, brincadeiras que são próprias, específicas de sua comunidade local, do seu bairro, cidade, estado? As crianças e jovens têm acesso a esse patrimônio cultural?

Para trazer exemplos de ações que materializem essa diretriz que diz respeito ao fomento e à difusão da cultura local, podemos pensar no diálogo do PELC com o Cavalo-Marinho (no caso de Pernambuco, conforme citado). Várias atividades poderiam ser realizadas:

- trabalho de pesquisa com os participantes;
- oficinas de dança, música e história do Cavalo-Marinho;
- visitas às festas tradicionais do Cavalo-Marinho;
- construção de coreografias, peças de teatro, jogos e brincadeiras sobre o Cavalo-Marinho;
- festival cultural com exposição das atividades realizadas.

Assim, para que o PELC tenha êxito, no que se refere à concretização de suas diretrizes, torna-se imprescindível fomentar e difundir a cultura local. Para aprofundar seus conhecimentos sobre a temática da cultura, o módulo *Diagnóstico da realidade local* abordará mais detalhadamente, complementando as discussões realizadas neste tópico.

Diretamente relacionada ao fomento e à difusão da cultura local está a diretriz do respeito à diversidade.

RESPEITO À DIVERSIDADE

Até recentemente, o sistema educacional americano enfatizava os elementos comuns da cultura, história e sociedade americanas. Os alunos aprendiam como os colonizadores europeus superaram grandes dificuldades, prosperaram e unificaram a nação com base em elementos raciais e étnicos distintos. Os currículos das escolas geralmente negligenciavam os não brancos e os não europeus para o desenvolvimento histórico, literário, artístico e científico. Além disso, os alunos aprendiam muito pouco sobre os aspectos menos palatáveis da história americana, muitos dos quais envolvendo o uso da força para criar uma hierarquia racial estrita que permanece até os dias de hoje, embora de forma diferente. Os livros de história não negavam que os afro-americanos foram escravizados e que a força bruta foi utilizada para tomar territórios dos povos indígenas e dos mexicanos. No entanto, esses livros apresentavam acontecimentos como se fizessem parte do passado americano e tivessem poucas implicações no presente. A história dos Estados Unidos era apresentada como uma história de progresso que envolvia a *eliminação* dos privilégios raciais. (BRYM, 2008, p. 87).



PARA REFLETIR

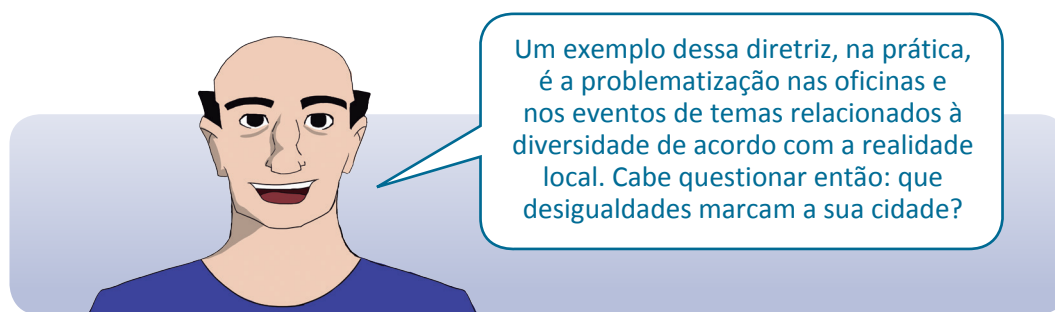
No Brasil, como aprendemos a história do país? Fomos “descobertos” pelos europeus? O que você sabe sobre as culturas indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses? O que você sabe sobre as culturas dos africanos trazidos de seus países para trabalharem como escravos?

No final do século 19, no Brasil, havia uma grande preocupação com a miscigenação. Na verdade, ela era a explicação para os “males” a que o país estava submetido: atraso econômico, analfabetismo e pobreza. Por isso, no início do século 20, houve um grande incentivo à imigração no Brasil, com o objetivo de favorecer o “branqueamento” do povo brasileiro. Ao longo do tempo, essa concepção foi modificada, sendo a miscigenação brasileira vista como algo positivo e distintivo, forjando uma identidade nacional própria (BRYM, 2008).

É importante entender, então, que as relações étnicas e raciais influenciam no presente, na compreensão que temos da realidade nacional. Por exemplo, os levantamentos estatísticos apontam que os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos, o que evidencia o quanto o Brasil ainda é desigual e precisa de políticas que contribuam para a superação do preconceito e da discriminação étnica.

A discriminação, porém, não está apenas na diversidade étnica, ela inclui outras que marcam o nosso país: a de credo (religiosa: católicos, protestantes, espíritas, umbandistas, budistas etc.); a de gênero (homens, mulheres); a de orientação sexual (heterossexuais, homossexuais); entre

tantas outras. Para o PELC, toda essa diversidade precisa ser respeitada e deve ter seus direitos ao esporte recreativo e ao lazer garantidos.



Um exemplo dessa diretriz, na prática, é a problematização nas oficinas e nos eventos de temas relacionados à diversidade de acordo com a realidade local. Cabe questionar então: que desigualdades marcam a sua cidade?

A partir das respostas obtidas, podemos promover ações que possibilitem a discussão desses temas. Outro exemplo pode vir de temas mais gerais: você já se perguntou por que o futebol masculino tem tanta evidência no Brasil e o futebol feminino, apesar de suas inúmeras vitórias, tão pouca? Pode-se então promover uma semana de debates sobre “a participação da mulher nos esportes”, culminando com um belo festival.

INTERSETORIALIDADE

Quando falamos da intersetorialidade, como uma diretriz do PELC, estamos apontando para a necessidade de inter-relação entre os vários setores que compõem as políticas públicas e a disposição prévia deste programa de integrar-se.

A garantia dos direitos sociais não deveria ser vista de forma fragmentada. O acesso, por exemplo, à educação, cultura, saúde, esporte e lazer deve ser visto de forma integrada, na medida em que os atores sociais são sujeitos relacionados a um território, a uma comunidade, sendo indissociável a sua condição de sujeito social pertencente a uma realidade local. Dessa forma, a cidade é o *locus* privilegiado para a integração da política e o fortalecimento da participação social.

O próprio nome do PELC denota uma opção pela cidade. Não se trata aqui de “Esporte e Lazer **na** Cidade”, como um projeto pronto e acabado, mas de “Esporte e Lazer **da** Cidade”, que é construído pelos sujeitos locais, agentes ativos na apropriação dos direitos sociais.

A intersetorialidade deve ser entendida, então, como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações de forma integrada dentre os diversos setores que atuam numa realidade social (JUNQUEIRA, 2005).

Nesse sentido, as ações do PELC precisam estabelecer interfaces com outros programas e projetos realizados na cidade, buscando uma maior integração. Da mesma forma, necessitam estar imbricadas à cultura local.



PARA REFLETIR

Na sua cidade, onde são realizadas as atividades de esporte recreativo e de lazer? Onde e quando são realizados os eventos de esporte recreativo e de lazer? É possível integrar o PELC a essas atividades e eventos?

Para concluir este tópico, é importante saber que:

Esse processo ganha consistência quando a cidade é considerada na sua totalidade. Quando as necessidades dos grupos populacionais, que se distribuem pelo seu território, tornam-se sujeitos do processo. Sujeitos capazes de perceberem seus problemas e encaminharem soluções articuladas intersetorialmente. (JUNQUEIRA, 2005, p. 5).

MUNICIPALIZAÇÃO

A última diretriz do PELC aqui salientada é a municipalização. Ela estabelece um rumo não só para os sujeitos que estão envolvidos no PELC, mas para a política pública como um todo.

Para democratizar o lazer e o esporte recreativo, é necessário que as entidades parceiras, desde o primeiro momento, saibam da importância da continuidade das atividades após o término do convênio com o Ministério do Esporte. Essa continuidade deve ser realizada através da apropriação da política pública de esporte e lazer pelo município, criando seu próprio programa, com a cara da cidade.

Assim, o PELC é a forma com a qual o Ministério do Esporte dá suporte estrutural e pedagógico aos municípios, para que, após a conclusão do convênio, possam estruturar e conduzir suas próprias políticas públicas de lazer e esporte recreativo.

A municipalização do esporte e lazer é importante e significa, na prática, a estruturação administrativa e a preparação técnica e legal do município. A existência de um órgão específico, com legislação e dotação orçamentária, de recursos humanos e capacitação específica que exerça e desenvolva as funções relativas ao esporte e ao lazer é fundamental. Esse órgão pode surgir da readequação de outros já existentes ou da criação de um novo órgão municipal (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013).



ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Você sabe qual a estrutura administrativa do esporte e do lazer no seu município? Faça essa pesquisa. Depois identifique dois municípios e aponte as diferenças e semelhanças entre a estrutura deles e da sua cidade.

Comentário da atividade

Ao longo da história das políticas públicas de esporte e lazer, foram sendo desenvolvidos diversos órgãos, departamentos e coordenações responsáveis pela gestão desse setor, principalmente a partir do reconhecimento do esporte e lazer como direitos constitucionais.

Atualmente, o governo federal conta com o Ministério do Esporte, responsável pelo desenvolvimento de políticas específicas e pela articulação com outros ministérios que tenham no esporte uma ação, a exemplo da educação, da saúde e da cultura. Já o lazer está espalhado nos diversos ministérios que fazem interface com o tema: educação, saúde, cultura, esporte, turismo, entre outros.

Nos estados e municípios há uma grande diversidade de casos. Alguns já contam com pastas específicas para tratar do esporte e lazer, seja de forma específica, seja agrupado com outros setores, como educação, cultura e juventude. Outros possuem departamentos ou coordenações dentro de outras secretarias.

A existência de uma estrutura administrativa própria está diretamente relacionada à importância dada pela gestão ao esporte e lazer, na medida em que a estrutura significa o desenvolvimento de projetos, a designação de recursos financeiros e a contratação de pessoal capacitado.

Assim, esta atividade proposta pelo curso convida você a fazer uma pesquisa sobre como é a estrutura administrativa do esporte e lazer na sua cidade e comparar com outras duas, buscando identificar semelhanças e diferenças, refletindo sobre a importância que é dada pelo governo municipal da sua cidade ao esporte e lazer.



Figura 6 - Municipalização do esporte e lazer

A municipalização é uma diretriz cujo objetivo é direcionado para que o PELC seja apropriado pelo município – a princípio, como uma política de governo, mas, a longo prazo, como uma política de Estado. Você sabe qual a diferença entre essas duas possibilidades?

Almeida e Azevedo (2007) esclarecem que as políticas públicas governamentais se diferenciam das políticas de Estado, uma vez que as primeiras são caracterizadas por ações focais em uma determinada área (como a educação, a saúde e o lazer). Desse modo, nem sempre essas políticas têm continuidade com o término de um governo. As políticas de Estado, por seu turno, agregam ações de natureza mais amplas que garantem sua continuidade independentemente do governo.

Segundo a interpretação de Höfling (2001), as políticas públicas são resultantes do “Estado em ação”. Em outros termos, é o Estado implantando um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Por isso, as políticas públicas governamentais comprometidas com dimensões que transcendem aspectos mais específicos de um governo podem gerar **políticas públicas estatais**.



VOCÊ SABIA?

Existem diferenças entre Estado e governo:

- **Estado:** para Höfling (2001), pode ser considerado como o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação governamental – como órgãos legislativos, judiciários e forças armadas, entre outras que não constituem, necessariamente, um bloco monolítico;
- **governo:** pode ser compreendido como um conjunto de programas e projetos propostos para a sociedade como um todo por políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros; essas iniciativas configuram a orientação política de um determinado governo, que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Como vimos até aqui, o PELC é um dos programas da política pública de esporte e lazer que se operacionaliza como uma política social para garantia dos direitos da população brasileira a esporte recreativo e de lazer. A principal justificativa para a consolidação do PELC é a conscientização, por parte das entidades parceiras, acerca da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que elas avancem do atual estágio de política de um governo para a dimensão mais ampla – a de política de Estado.

Nesse sentido, um dos maiores desafios do PELC, como uma política de governo, é a estatização desse programa de forma a garantir a concretização do lazer, um direito social constitucionalmente reconhecido em nosso país. Para isso, é preciso mobilizar as comunidades e sensibilizar legisladores e gestores para que possam tornar as políticas de lazer perenes, garantindo, assim, a efetivação do direito de todas as pessoas ao lazer e ao esporte recreativo. Para alcançar esse desafio, portanto, a sua participação nesse processo é fundamental!

ENCERRAMENTO DA UNIDADE 3



SÍNTESE

Alguns dos principais temas discutidos nesta terceira unidade foram:

- o PELC possui algumas diretrizes pedagógicas que têm por finalidade orientar todos os momentos da ação educativa para garantir o alcance dos objetivos traçados a partir da perspectiva teórico-metodológica escolhida;
- as diretrizes pedagógicas do PELC são:
 - trabalho coletivo: é, ao mesmo tempo, a construção de grupos de convivência social de esporte recreativo e de lazer e o exercício sistemático de trabalhar em grupo, por meio dos quais, a partir do estudo da realidade, são definidas problemáticas e ações que serão discutidas e realizadas pelo próprio grupo no sentido de buscar contribuir para a transformação da realidade;
 - auto-organização comunitária: considera que todos os participantes da ação educativa são corresponsáveis e têm como meta a autonomia do grupo;
 - intergeracionalidade: reconhecimento da importância de todos os segmentos etários para a transformação social;
 - fomento e valorização da cultura local: fomento e valorização daquilo que é próprio de cada lugar, que não vem necessariamente da TV, dos comerciais, de outros países, mas se construiu a partir das relações estabelecidas naquele território;
 - respeito à diversidade: garantir o respeito às diversidades que marcam o nosso país: a de credo (religiosa: católicos, protestantes, espíritas, umbandistas, budistas etc.); a de gênero (homens, mulheres); a de orientação sexual (heterossexuais, homossexuais); a étnica e racial (negros, índios etc.);
 - intersetorialidade: a necessidade de inter-relação entre os vários setores que compõem as políticas públicas e a disposição prévia deste programa de integrar-se;
 - municipalização: estímulo para que, após a conclusão do convênio, os municípios possam estruturar e conduzir suas próprias políticas públicas de lazer e esporte recreativo, não apenas como ações de governo, mas também como políticas de Estado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi tratado neste módulo, o PELC é uma política pública comprometida com a garantia do direito social ao lazer e ao esporte recreativo. Seu principal desafio, atualmente, é ser reconhecida como uma política de Estado, e não apenas como uma política de governo. A educação popular é uma referência essencial que guia os princípios teórico-metodológicos do programa, que são fundamentados em sete diretrizes pedagógicas: trabalho coletivo, auto-organização comunitária, intergeracionalidade, fomento e difusão da cultura local, respeito à diversidade, intersetorialidade e municipalização. Essas diretrizes têm, como finalidade, orientar as ações educativas do PELC, tendo em vista garantir o alcance dos objetivos estabelecidos para esse programa.

Esperamos que o conteúdo deste módulo tenha ampliado seus conhecimentos sobre os princípios teórico-metodológicos do PELC. Esperamos, também, que você continue sua caminhada, buscando conhecer outros princípios que fundamentam programas sociais como este, no curso de Formação em Políticas Públicas: PELC e Vida Saudável.



ATIVIDADE FINAL

Que tal revisarmos todo o conteúdo deste módulo de forma diferente? Como atividade final, responda às questões indicadas a seguir. Caso fique em dúvida para responder alguma pergunta, volte às unidades para rever o conteúdo e tentar novamente.

Bom trabalho!

Responda as questões deste questionário marcando a alternativa correta:

1. O que significa a sigla PELC?

- a) Programa Esporte e Lazer na Cidade.
- b) Programa Esporte e Lazer da Cidade.
- c) Programa Esporte, Lazer e Criatividade.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

2. O objetivo geral do PELC é:

- a) Ampliar a prática de esporte e lazer para os brasileiros.
- b) Democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do lazer.
- c) Democratizar o direito das pessoas brasileiras ao lazer e ao esporte recreativo.
- d) Democratizar o esporte profissional.

3. O PELC é:

- a) Uma política social.
- b) Uma política pública.
- c) Uma política de governo.
- d) Todas as alternativas anteriores.

4. Políticas sociais dizem respeito a:

- a) Ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado.
- b) Ações que determinam o padrão de educação social implementado pelo Estado.
- c) Ações que determinam o padrão de evolução social implementado pelo Estado.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

5. O lazer pode ser tratado como um direito, porque:

- a) Todos têm direito a ele.
- b) É reconhecido como um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- c) Os brasileiros gostam de lazer.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

6. O lazer pode ser compreendido em, pelo menos, três âmbitos inter-relacionados:

- a) Como uma experiência da vida cotidiana, como um objeto de estudos e como um campo de formação/atuação profissional.
- b) Como um projeto de vida, um objeto de estudos e uma área de aperfeiçoamento.
- c) Como uma vivência de trabalho, um objeto de estudos e um campo de atuação profissional.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

7. O PELC tem como orientação teórico-metodológica a:

- a) Educação para o tempo livre.
- b) Animação cultural.
- c) Educação popular.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

8. Falar em educação popular é falar em uma concepção de educação que une dois elementos:

- a) Determinação e segurança pública.
- b) Conscientização e organização popular.
- c) Conscientização e avaliação.
- d) Monitoramento e avaliação.

9. Dentre os educadores que questionaram a forma tradicional de educação, temos:

- a) Paulo Coelho
- b) Paulo Freire
- c) Roberto Freire
- d) Paulo Gadotti

10. A educação popular, metodologicamente, tem três momentos:

- a) Estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento.
- b) Estudo do conhecimento, organização da realidade e aplicação do conhecimento.
- c) Estudo do conhecimento, organização do conhecimento e aplicação da realidade.
- d) Estudo da realidade, organização do conhecimento e aplicação da realidade.

11. Considerar o duplo aspecto educativo do lazer significa:

- a) Educar pelo e para o lazer.
- b) Educar para o trabalho e para o lazer.
- c) Educar para o lazer com lazer.
- d) Nenhuma das alternativas.

12. São ferramentas de organização do trabalho pedagógico do PELC:

- a) Os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.
- b) A formação continuada (modular e em serviço), as atividades sistemáticas e as assistemáticas.
- c) A entidade de controle social e o grupo gestor.
- d) Todas as alternativas anteriores.

13. São diretrizes pedagógicas do PELC:

- a) O trabalho coletivo, a auto-organização comunitária e a educação para o lazer.
- b) O trabalho coletivo, a auto-organização comunitária e a autonomia.
- c) O respeito à diversidade, a municipalização e o trabalho coletivo.
- d) A intergeracionalidade, a educação para o lazer e a cultura popular.

14. As atividades sistemáticas, realizadas nos núcleos, devem contemplar:

- a) Apenas atividades esportivas.
- b) Somente atividades artísticas.
- c) Atividades de futebol e música.
- d) Possibilidades diversificadas de lazer e esporte recreativo.

15. No PELC, as atividades assistemáticas são de três tipos:

- a) Evento diário, evento social e evento do programa.
- b) Evento do núcleo, evento social e evento do programa.
- c) Evento social, evento trimestral e evento do programa.
- d) Evento do núcleo, evento semestral e evento do programa.

16. Em 2014, temos a seguinte estrutura do sistema de formação do PELC:

- a) Módulo Introdutório I, Módulo de Avaliação I, II e III.
- b) Módulo Introdutório I e II, Módulo de Avaliação I e II.
- c) Módulo Introdutório I, II e III, Módulo de Avaliação I.
- d) Módulo Introdutório I, II, III e IV.

17. O PELC conta com duas ferramentas de organização do trabalho pedagógico que, além da ação educativa, estão diretamente relacionadas à ampliação da participação e o controle social. São elas:

- a) A formação em serviço e o Conselho Gestor.
- b) A entidade de controle social e o Conselho Gestor.
- c) A formação modular e a formação em serviço.
- d) A entidade de controle social e as atividades sistemáticas.

18. A diretriz da intergeracionalidade está diretamente relacionada ao:

- a) Reconhecimento da importância de todos os segmentos etários para a transformação social.
- b) Reconhecimento da importância de todos os segmentos étnicos para a transformação social.
- c) Reconhecimento da importância de todos os segmentos de gênero para a transformação social.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

19. Entre as diretrizes do PELC, uma delas é:

- a) O fomento e a difusão da cultura global.
- b) O fomento e a difusão da cultura local.
- c) O fomento e a difusão da cultura popular.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

20. De acordo com a diretriz municipalização, o PELC é:

- a) A forma pela qual o Ministério do Esporte dá suporte estrutural e pedagógico aos municípios, para que, após a conclusão do convênio, possam estruturar e conduzir suas próprias políticas públicas de lazer e esporte recreativo.
- b) A forma pela qual o Ministério do Esporte dá suporte estrutural e pedagógico aos municípios, para que, após a conclusão do convênio, possam depender dos recursos do Ministério.
- c) A forma pela qual o Ministério do Esporte impõe aos municípios, que, após a conclusão do convênio, devam estruturar e conduzir suas próprias políticas públicas de lazer e esporte recreativo.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Respostas

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| B | C | D | A | B | A | C | B | B | A | A | D | C | D | B | B | B | A | B | A |

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dulce F.; AZEVEDO, Aldo Antonio (Org.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Cultura. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. Brasília, 1988.
- BRYM, Robert *et al.* *Sociologia, sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: ____ (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GANDIN, Danilo. A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 81-85, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/voll1iss1articles/gandin.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.
- GOMES, Christianne L. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- GOMES, Christianne L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. *Licere*, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011.
- GOMES, Christianne L. *et al.* Políticas públicas de lazer: pesquisando a temática no contexto de cinco mestrados latino-americanos. *Licere*, v. 15, n. 4, p. 1-30, dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/download/421/314>>. Acesso em: 18 maio 2016.
- GOMES, Christianne L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer – RBEL*, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014. Disponível em: <<https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327/227>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. *Horizontes Latino-americanos do Lazer/Horizontes Latinoamericanos del Ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Disponível em: <https://grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horiz_latino_american_lazer_junho_2012.pdf>. Acesso em 10 set. 2015.
- GOMES, Christianne L.; PINHEIRO, Marcos, LACERDA, Leonardo. *Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *O novo século*. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HÖFLING, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Articulações entre o serviço público e o cidadão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile, 18-21 out. 2005. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0052306.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

LINHALES, Meily A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MAINGON, Thais. Política social em Venezuela 1999-2003. *Cuadernos del CENDES*, v. 21, n. 55, Tercera Época, p. 48-49, 2004.

MARCASSA, Luciana. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MARCELLINO, Nelson C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: ____ (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de. Conteúdos culturais. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Manual para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Ações: funcionamento de núcleos, vida saudável e eventos interdisciplinares. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *PELC: orientações para implantação*. Diretrizes. Edital 2013. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *PELC: orientações preliminares para implantação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer*. Brasília, 2014.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PELOSO, Ranulfo. Aprendendo e ensinando uma nova lição: educação popular e metodologia popular. 2005. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=15207>>. Acesso em: 10 set. 2015.

REQUIXA, Renato. As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n. 45, p. 54-76, 1980.

SALAMON, Lester. A emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998. Disponível em: <<http://googl/zoXYRW>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

SILVA, Jamerson A. de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. *Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez, 2006.

TELLES, Vera. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TUBINO, Manuel J. G. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, Wagner W. (Org.). *Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.

SOBRE AS AUTORAS

JOANNA LESSA FONTES SILVA

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) desde 2014. Integra o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) na UFRPE, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Moçarai. Possui experiência na área de políticas públicas de esportes e lazer e fez parte da equipe de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em parceria do Ministério do Esporte com a UFMG.

CHRISTIANNE LUCE GOMES

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Nacional de Cuyo, em Mendoza, na Argentina. É professora da UFMG desde 1996. Integra a equipe gestora do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), em parceria do Ministério do Esporte com a UFMG. É pesquisadora do CNPq (2012-2014 e 2015-2018) e da FAPEMIG (desde 2008). Líder dos grupos de pesquisa Otium – Lazer, Brasil & América Latina e Luce – Ludicidade, Cultura e Educação. Publicou vários livros e artigos sobre a temática do lazer.

A presente edição foi composta pelo CAED-UFMG e Editora UFMG e impressa pela Imprensa Universitária UFMG em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em setembro de 2017.